

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007



MINISTÉRIO DA CULTURA

CADERNO 4



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**

**PLANO PLURIANUAL
2004-2007**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério da Cultura

Caderno 4

EXERCÍCIO 2008

ANO BASE 2007

**Brasília
2008**

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2008, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com autorização prévia e oficial do detentor dos direitos autorais.

Disponível em www.sigplan.gov.br

Impresso no Brasil

Catálogo: DIBIB/CODIN/SPOA/MP

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008
- ano base 2007 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP,
2008.

135p. : il - (Ministério da Cultura. Caderno 4)

1. Planejamento governamental - relatório. 2 Orçamento público.
3 Administração pública. I Título

CDU: 338.26 "2007" (047)

LISTA DE CADERNOS PUBLICADOS

- 01 Avaliação do Plano Plurianual
- 02 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- 03 Ministério da Ciência e Tecnologia
- 04 Ministério da Cultura**
- 05 Ministério da Defesa
- 06 Ministério da Educação
- 07 Ministério da Fazenda
- 08 Ministério da Integração Nacional
- 09 Ministério da Justiça
- 10 Ministério da Previdência Social
- 11 Ministério da Saúde
- 12 Ministério das Cidades
- 13 Ministério das Comunicações
- 14 Ministério das Relações Exteriores
- 15 Ministério de Minas e Energia
- 16 Ministério do Desenvolvimento Agrário
- 17 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- 18 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- 19 Ministério do Esporte
- 20 Ministério do Meio Ambiente
- 21 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- 22 Ministério do Trabalho e Emprego
- 23 Ministério do Turismo
- 24 Ministério dos Transportes
- 25 Presidência da República
- 26 Secretarias Especiais
- 27 Ministério Público da União, Poderes Legislativo e Judiciário

ÍNDICE

Apresentação	7
Sumário Executivo	9
Brasil Patrimônio Cultural.	17
Brasil, Som e Imagem	25
Cultura Afro-Brasileira	31
Cultura, Educação e Cidadania	37
Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec)	45
Engenho das Artes.	49
Identidade e Diversidade Cultural (Brasil Plural).	55
Livro Aberto	61
Monumenta	67
Museu Memória e Cidadania	71
Anexo I - Execução Física e Financeira	77
Anexo II - Ações em Programas Multissetoriais	133

APRESENTAÇÃO

A participação democrática levada aos mais diversos setores da vida social coloca-se como um desafio permanente do Governo Federal na formulação e implementação das políticas nacionais. Esse princípio eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da divulgação da avaliação dos resultados da ação de governo para a sociedade. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 devem, também, ser discutidos pelos órgãos do Poder Executivo, pelo Congresso Nacional e pelo conjunto da sociedade, de forma crítica e ativa, de modo a permitir o avanço da democracia na relação entre o Estado e a sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Relatório está estruturado em 27 cadernos, distribuídos da seguinte forma:

- a) caderno 1 – compreende a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, bem como avalia os resultados consolidados do PPA 2004-2007, abrangendo a Estratégia de Desenvolvimento, o Cenário de Crescimento, as Metas Prioritárias, os Megaobjetivos (3) e os Desafios (30) anunciados para o período por ocasião do envio da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;
- b) cadernos 2 a 27 – compreendem as avaliações de programas do tipo finalístico e serviço ao Estado, agrupadas por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, com a coleta de informações na ótica de auto-avaliação, por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, representados pelos gerentes dos programas e pelas equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas. E, no âmbito do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, com participação das equipes técnicas do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Os cadernos incluem demonstrativos dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. As avaliações dos programas de cada Ministério e das Secretarias Especiais são precedidas de um Sumário Executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas.

A publicação do Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 por meio de cadernos específicos, por órgão, confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2007, do total previsto para o Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados **R\$ 823.885.330,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 1.077.744.578,00	Realizado orçamentário:	R\$ 823.885.330,00
Recursos não-orçamentários previstos:	-	Realizado não-orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 1.077.744.578,00	Total realizado:	R\$ 823.885.330,00

Além disso, do total de **R\$ 186.501.546,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2006, foram executados **R\$ 139.692.349,00**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do MinC, no período do PPA 2004-2007, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código /Denominação)	2004	2005	2006	2007	PPA 2004-2007
Finalístico	0167 Brasil Patrimônio Cultural	16,5%	8,9%	9,9%	8,1%	9,9%
	0168 Livro Aberto	7,9%	9,0%	2,9%	5,1%	5,9%
	0169 Brasil, Som e Imagem	10,1%	3,9%	4,7%	9,2%	5,6%
	0171 Museu Memória e Cidadania	8,5%	5,5%	6,8%	5,2%	6,1%
	0172 Cultura Afro-Brasileira	4,5%	2,5%	2,7%	3,7%	3,3%
	0813 Monumenta	11,3%	10,2%	14,1%	12,6%	12,2%
	1141 Cultura, Educação e Cidadania	2,0%	14,4%	11,5%	23,0%	15,1%
	1142 Engenho das Artes	31,6%	20,2%	27,1%	14,9%	21,6%
	1355 Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural	0,0%	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%
	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	0,0%	0,0%	0,0%	1,7%	0,6%
Finalístico Soma		92,5%	85,6%	90,8%	94,8%	91,2%
Gestão de Políticas Públicas	0173 Gestão da Política de Cultura	7,5%	14,4%	9,2%	5,2%	8,8%
Gestão de Políticas Públicas Soma		7,5%	14,4%	9,2%	5,2%	8,8%
Total Global		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

AValiação Setorial

O MinC, no ano de 2007, pôde manter a mesma estratégia de atuação iniciada em 2003, visto que praticamente não sofreu alteração em seu quadro de dirigentes, mantendo a estabilidade administrativa e o amadurecimento das políticas inovadoras direcionadas para o setor cultural. Foi um ano de sedimentação de políticas de longo prazo, com a constatação de ganhos em diversos aspectos, como a transparência na ação pública, o crescimento da abrangência territorial dos investimentos, o fortalecimento do processo de planejamento e de monitoramento das ações de Governo, a ampliação das parcerias entre agentes públicos e a produção de dados do setor para qualificar as ações desenvolvidas.

A prioridade continua sendo ampliar o acesso público aos benefícios da cultura, como forma de reduzir o enorme fosso social que existe entre os cidadãos brasileiros, decorrente da má-distribuição das riquezas do País, particularmente, nas áreas tecnológica, educacional e cultural, que se converge na implementação de 10 programas finalísticos, em sua maioria voltados para o trato específico de determinadas áreas culturais, como acontece nos segmentos do patrimônio e da memória, do audiovisual, das artes cênicas, da música, do livro e da cultura afro-brasileira, que são áreas que guardam sintonia com a própria estrutura administrativa das unidades vinculadas ao órgão. Em razão dessa característica, o MinC tem crescido significativamente na articulação interna e na transversalidade de suas ações, fazendo com que a cultura seja tratada por meio de uma abordagem única, focada no cidadão e na sociedade.

No que concerne aos resultados obtidos no exercício, que são apresentados a seguir por áreas, de modo a dar visibilidade aos diferentes segmentos culturais sob competência do Ministério:

- a) Inclusão Social pela Cultura, tendo como eixo central do Programa Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva) que investiu recursos da ordem de R\$ 126,5 milhões, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, visando aumentar as oportunidades de acesso cultural para uma parcela da população que, basicamente, encontra-se prejudicada pela má-distribuição dos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico do País. As principais ações deste Programa são a de Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, beneficiando 1.640 pessoas em atividades de capacitação em diferentes linguagens artísticas, e a de Instalação e Modernização de Espaços Culturais, conhecidos como Pontos de Cultura, de 742 pontos instalados em 2007, sendo 250 em Municípios brasileiros. Para 2008 houve a inscrição de R\$ 73,7 milhões em restos a pagar para a instalação de mais 1.298 pontos, em parceria com 24 Estados da Federação;
- b) Audiovisual, com destaque da Ação de Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais, que aplicou R\$ 21,5 milhões durante o ano, abrangendo uma série de projetos importantes para o setor, dentre eles o fomento a oito obras cinematográficas, a 35 documentários - por meio da iniciativa DOCTV - e à produção de 53 títulos nacionais em DVD pela Programadora Brasil, que disponibiliza filmes para diversos pontos de exibição - como escolas, cineclubes, centros culturais, pontos de cultura e universidades -, visando formar circuitos alternativos não comerciais e ampliar o acesso da população a conteúdos audiovisuais. Ainda nesta Ação, foi possível lançar o edital da terceira edição do Revelando Brasil, que contemplará, em 2008, 40 produções de curta duração realizadas em Municípios com população de até 20 mil habitantes. No que diz respeito a outras realizações, o MinC promoveu o treinamento de alto nível de 49 profissionais, visando o aperfeiçoamento técnico daqueles que atuam nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins. Ressaltam-se os resultados dos projetos

de promoção do cinema brasileiro no exterior que, em 2007, contribuíram para que 68 filmes nacionais de curtas-metragens e de longas-metragens estivessem presentes em 33 festivais internacionais;

- c) Memória e Patrimônio Cultural, em 2007, foram realizados investimentos de R\$ 136,3 milhões em diversas ações, considerando-se as aplicações globais dos três programas vinculados a essa área (Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu, Memória e Cidadania). Na área do patrimônio material, constatou-se a execução de 199 projetos de recuperação patrimonial, sendo 24 no âmbito do Monumenta. O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio viabilizou a realização de 36 projetos de qualificação de mão-de-obra na arte do restauro, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com investimentos da ordem de R\$ 3,5 milhões. No que concerne ao patrimônio imaterial, foram realizados os registros do Frevo, do Tambor de Crioula do Maranhão e das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira.

No segmento de museus, 60 instituições foram modernizadas, e capacitados aproximadamente 6.850 profissionais, visando aprimorar o conhecimento e a segurança da atividade de preservação da memória em todo o Território Nacional:

- a) acesso e difusão cultural, por meio da ampliação do acesso do cidadão aos bens culturais que é uma ação prioritária na definição dos investimentos do Ministério, buscando contemplar particularmente as iniciativas voltadas para ampliação do público de todas as expressões artísticas do País. Nas artes cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram contemplados 227 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Nas artes visuais, o projeto Rede Nacional de Artes Visuais atuou em 60 Municípios brasileiros, por meio de oficinas, palestras e exposições. Neste segmento, o Prêmio Projéteis de Arte Contemporânea apoiou exposições de obras de 24 artistas nacionais, e o projeto Espaços Funarte de Artes Visuais - São Paulo premiou outros 26 artistas mediante edital público. Nas artes circenses, 80 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras iniciativas permitiram o apoio à realização de 18 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, atraindo aproximadamente 546 mil pessoas. O projeto Pixinguinha comemorou seu trigésimo aniversário com 80 espetáculos realizados em 16 Municípios selecionados.
- b) livro, leitura e bibliotecas, por intermédio da Ação de Instalação de Bibliotecas Públicas, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e informática, mobiliário e acervo bibliográfico para instalação de 300 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. Esses equipamentos são fornecidos em *kits* e, resumidamente, envolvem computadores, estantes, prateleiras, mesas, cadeiras, TV de 29 polegadas, aparelhos de som e de DVD, e 1.828 títulos literários. Além da constituição de novos espaços, 300 bibliotecas já existentes foram revitalizadas no exercício. O segmento investiu cerca de R\$ 27,6 milhão em 2007;

- c) discurso brasileiro sobre Diversidade Cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial, tornando-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul. No campo interno, as ações ministeriais têm buscado reconhecer as culturas populares, afro-descendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares - Edição Mestre Duda, em comemoração ao centenário do frevo, beneficiando 260 iniciativas; e o I Encontro Nacional de *Rappers* e repentistas, reunindo artistas do movimento *Hip-hop* e cantadores nordestinos, em Campina Grande (PB). Estão em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos, e o 2º Edital de Culturas Indígenas, contemplando outras 100 iniciativas;
- d) cultura afro-brasileira, que durante o exercício apoiou 378 comunidades negras, sendo que 261 tiveram assistência jurídica nas questões relacionadas com a proteção de seus territórios, ou com processos de regularização fundiária. A proteção dos bens culturais das comunidades tradicionais afro-descendentes executou oito projetos de preservação de 235 bens dessas comunidades;
- e) ações voltadas para o fortalecimento da economia da cultura foram priorizadas em 2007. No total, foram 72 empreendimentos apoiados, com R\$ 6,6 milhões de investimentos. A realização de feiras de negócios, de festivais e a promoção do artesanato tradicional ganharam força durante o exercício, com destaque na área de promoção de negócios para a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife (PE). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as rodadas de negócios movimentaram cerca de R\$ 8,0 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a feira. Além disso, analistas do Sebrae avaliaram planos de 75 empresas. Durante o evento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez uma prospecção de R\$ 13,0 milhões, entre investimentos e financiamentos. Ressalte-se, também, a promoção do artesanato, como atividade cultural mais disseminada no País - segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, que contou com o lançamento do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), cujo objetivo é qualificar a inserção do artesanato de tradição cultural no mercado interno e externo, ampliando o volume de negócios realizados pelas comunidades artesanais. O Promoart atua em todos os Estados brasileiros, envolve cerca de 70 comunidades e já capacitou 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais em atividades relacionadas com produção, logística e gestão de empreendimentos. A estimativa é gerar volume de negócios em torno de R\$ 10,0 milhões em 2008.

Outro acontecimento relevante, em 2007, foi a publicação pelo IBGE do Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas

de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras. Espera-se, em breve espaço de tempo, produzir indicadores de precisão sobre a cultura nacional e de seu impacto efetivo sobre o cidadão. Sobre a questão dos indicadores dos programas do MinC, essa tem sido uma das maiores dificuldades detectadas nesses últimos anos, haja vista que somente agora levantamentos oficiais sobre a situação cultural do País passaram a ser realizados. Com a revisão e reformatação, em 2006, dos indicadores utilizados pelos programas, muitos dos obstáculos relacionados com sua mensuração foram minimizados a partir de 2007. De qualquer modo, o MinC reconhece a fragilidade de alguns deles, haja vista a complexidade de se produzir levantamentos adequados e precisos sem o auxílio de instituições de pesquisa externas ao órgão.

ASPECTOS RELEVANTES

O ano de 2007 foi marcado por longa greve de servidores do MinC, particularmente de suas unidades vinculadas, prejudicando o desempenho do órgão por cerca de três meses. O fechamento do exercício, contudo, pode ser considerado bem-sucedido, haja vista a execução de 98,3% dos recursos constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA). Deve-se considerar que a gestão dos programas do órgão apresenta alto grau de especialização e parte substancial de suas programações fica a cargo de suas unidades vinculadas e secretarias finalísticas. Isso pode ser observado nas áreas do patrimônio e da memória que estão sob gerência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do audiovisual no âmbito da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), da cultura negra por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), e do livro e da leitura de competência da Biblioteca Nacional (BN). Essas unidades são, por força da legislação, as gestoras das iniciativas mais particularizadas nesses segmentos.

O maior desafio do MinC é implementar uma política de transversalidade entre suas programações e unidades, apesar de bem-sucedida quando se trata de questões relacionadas com a inclusão social e a ampliação do acesso do cidadão à fruição cultural. Nas questões mais especializadas, o papel institucional das unidades vinculadas fala mais alto, embora a interlocução de seus dirigentes seja permanente em decorrência das reuniões do Sistema MinC - fórum interno dos dirigentes do órgão -, criado para discutir estratégias e cobrar resultados. Em razão do processo de transparência implementado nos últimos anos, por intermédio da política de editais, não tem havido desvios na aplicação dos recursos dos programas, que têm atuado de modo a preservar os objetivos setoriais.

O processo de participação social também tem crescido paulatinamente, e muitas iniciativas hoje existentes decorrem da chamada “escuta social” feita pelos mecanismos abertos pelo MinC, tais como as Câmaras Setoriais, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), a Conferência Nacional de Museus, o Encontro de Culturas Populares e os Fóruns de Direitos Autorais, dentre muitos outros.

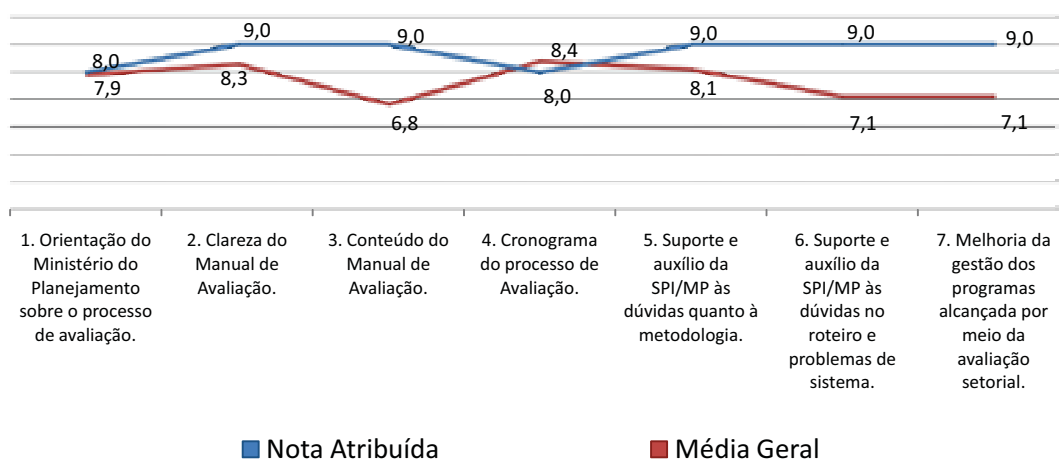
A abrangência territorial é outro aspecto que vem sendo incrementado de modo significativo pela própria política de editais - abertos a todas as regiões e pretendentes.

Além dela, as iniciativas de ampliação do acesso e de inclusão social por intermédio da cultura têm priorizado as comunidades em situação de vulnerabilidade social e localidades que se encontram fora do circuito comercial tradicional. O crescimento de cineclubes, de pontos de cultura, de bibliotecas públicas e de espaços adaptados para a atividade cultural são exemplos de baixo custo que merecem destaque.

Nos últimos anos, nota-se, inclusive em decorrência das políticas adotadas pelo Governo, um sensível redirecionamento das atividades do MinC em nível central, e nas unidades vinculadas em particular, objetivando tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública, como grupos indígenas, comunidades negras e comunidades tradicionais. Os editais públicos nas áreas de artes cênicas, música, audiovisual e artes visuais foram lançados, apoiando à produção de curtas-metragens de animação e de temática infanto-juvenil, onde são contemplados os temas referentes à transversalidade. Ações de acessibilidade a bens históricos, museus e sítios arqueológicos foram realizadas em 2007.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO

O processo de avaliação do PPA 2004-2007, no ano de 2007, foi realizado pelo MinC mediante a atribuição de notas, no intervalo de 0 a dez, a um conjunto de itens que visam auxiliar a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) no desenvolvimento de melhorias para as próximas avaliações. O gráfico a seguir apresenta, de forma comparativa, as notas atribuídas, por item, pelo MinC e a média geral das notas de todos os órgãos responsáveis por programas do PPA 2004-2007:





AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 55.131.202,00	Empenho Liquidado:	R\$ 45.166.114,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 45.166.114,00
Previsto não-orçamentário R\$ 67.000.000,00	Realizado não-orçamentário R\$ 65.141.521,55	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM - Porcentagem	-	-	-	68.40	-	-
2. Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial - Unidade	-	6.00	9.00	12.00	3.00	400%

1. ÍNDICE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL - IPPM

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Em 2006, o grupo de trabalho composto por técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e analistas do Ministério da Cultura (MinC) considerou que se forem realizados, anualmente, 52 inventários do patrimônio material, 52 acautelamentos, 300 projetos de preservação, 9.100 inspeções de fiscalização e 350 projetos de fomento, o patrimônio cultural material brasileiro estará sendo razoavelmente preservado. O índice IPPM avalia a diferença percentual entre o que foi executado no ano e os valores acordados no grupo de trabalho. O valor do indicador atingido pelo IPHAN em 2007, com base nos resultados de cada item de verificação é: 57 inventários, 22 acautelamentos, 150 projetos de preservação, 8.215 inspeções técnicas e 175 projetos

de fomento, o que corresponde a um índice apurado em 2007 na ordem de 68,4% e representa que esta abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado.

2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Três importantes formas de expressão foram registradas pelo IPHAN no Patrimônio Cultural Brasileiro: o frevo pernambucano; o tambor de crioula do Maranhão; as matrizes do samba do Rio de Janeiro (samba de terreiro, partido-alto e samba-enredo), com isso totalizando no período do PPA 2004-2007, 12 registros de bens culturais de natureza imaterial.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O MinC, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, a conservação, a revitalização e a restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico brasileiro está constituído por aproximadamente: 13 mil sítios arqueológicos cadastrados; 1.007 bens inscritos nos Livros do Tombo, sendo 59 sítios urbanos, que compreendem cerca de 20 mil edificações; e mais de um milhão de objetos, entre bens móveis pertencentes às igrejas tombadas, acervos e documentos. Há a necessidade de romper com o processo de deteriorização e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativas de conservação preventiva e de medidas fortuitas de conservação. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, assim como sensibilizar a sociedade para, em conjunto com o Estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer suas experiências de vida.

A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a região da América Latina. A Organização Mundial de Turismo (OMT) prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período que vai de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que estes voltem a ser visitados

pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com utilização precária contribui ainda para atrair turismo qualificado. A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o Território Nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, tendo em vista seu poder de atração.

O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, seja depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização das cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A preocupação com a preservação dos monumentos históricos não se concentra apenas na sua integridade física. Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um patrimônio cultural, percebe-se que é importante a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. Isso diz respeito aos objetivos do Patrimônio Brasileiro de cumprir seu papel cultural e social.

Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridas nas políticas de gestão urbana para que se evite sua destruição e se propicie a necessária reintegração. A pesquisa básica, os cursos de formação e, conseqüentemente, os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do País. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões que são inversamente proporcionais em desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no Território Nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato se deve especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge adotar medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Três registros de bens de natureza imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, representado pelo frevo pernambucano, tambor de crioula do Maranhão e matrizes do samba do Rio de Janeiro.
- Preservação do patrimônio material por meio de tombamentos da região de imigração de Santa Catarina, considerada paisagem cultural, do centro histórico de João Pessoa (PB) e do conjunto de 24 obras de Niemeyer.
- Participação no cenário mundial da preservação cultural, mediante os seguintes eventos:
 - a) I Encontro Ibero-Americano de Museus (Ibermuseum);

- b) Seminário Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico Pan-amazônico;
- c) Conferência sobre Paisagens Históricas Urbanas nas Américas;
- d) eleição do Brasil como país-membro do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durante sua 16ª Assembléia Geral;
- e) campanha para mobilização da população na busca dos bens culturais desaparecidos;
- f) regulamentação do cadastro de negociantes de obras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante reuniões mensais realizadas com os coordenadores. Apesar das dificuldades na aplicação desse mecanismo, em função das grandes distâncias, cada superintendência do IPHAN tem um cronograma de inspeção técnica e fiscalização mensal para cada um dos técnicos. O relatório de gestão serve como insumo para o planejamento estratégico do ano seguinte, e fornece subsídios para a análise de viabilidade de propostas de novos cursos de ação para o instituto. O Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC), um sistema de monitoramento do MEC, está sendo adaptado para uso específico do IPHAN.

Em 2007, o indicador IPPM apurado foi 68,4%. Este percentual indica que a quantidade de produtos produzidos pelo IPHAN em 2007 encontra-se cerca de 31,6% abaixo daquilo que seria necessário para que o patrimônio cultural material brasileiro fosse razoavelmente preservado. Além disso, o Programa teve alta taxa de execução orçamentária atingindo um empenho total de R\$ 37.279.331,40.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. Infelizmente a greve dos servidores teve repercussão negativa sobre a execução orçamentária. Vale lembrar, que grande parte dos projetos do órgão diz respeito a obras de restauração e pesquisas, tipos de ação que, por sua natureza, não podem ser acelerados facilmente.

Dos créditos da Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), aproximadamente 43% foram gastos com atividades de gestão da Política Pública, como o acompanhamento e a avaliação dos projetos do Programa e reuniões de planejamento, 53% com despesas administrativas e 4% em outras atividades. Os recursos alocados nesta ação não foram suficientes, já que os projetos são executados tanto pela sede quanto pelas unidades descentralizadas, o que gera a necessidade de reuniões técnicas, de articulação política e de acompanhamento de projetos.

Tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições, o IPHAN apresenta deficiências associadas à infra-estrutura e logística, como:

- a) inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades;
- b) insuficiência de veículos adequados para realização das atividades de fiscalização e inspeção técnica de bens culturais em área urbana e rural (o patrimônio arqueológico é o que mais sofre com a falta de veículos apropriados);
- c) deficiência de equipamentos de informática.

O IPHAN ficou décadas sem realizar concurso público para novos profissionais, e após a realização do concurso em 2005, a taxa de evasão atingiu altos níveis, em função dos baixos níveis salariais. Além disso, os recursos para capacitação ainda são insuficientes, comprometendo o desempenho das atividades, numa sociedade em constante evolução tecnológica e científica. Falta capacitação, especialmente para a gestão da Política Pública.

O uso de licitação por menor preço muitas vezes é inadequado às ações de preservação, pois as ações do IPHAN se enquadram à categoria de serviços de técnicos profissionais especializados (serviços de engenharia, obra, pesquisa, etc.), para a qual a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indica preferencialmente a modalidade “concurso” para a seleção de fornecedores. Existe, ainda, a possibilidade de licitações de tipo “técnica e preço”, exigindo um conhecimento que não está desenvolvido completamente pela instituição. Conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), o instituto deve obter expertise em licitação “menor-preço com qualificação técnica”.

Projetos de infra-estrutura freqüentemente interferem na paisagem e no patrimônio arqueológico, implicando adequação e medidas compensatórias. A diversidade de situações ligadas à preservação do patrimônio cultural dificulta a elaboração de regras rígidas, que possam prescindir de análises específicas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A interação dos técnicos com a sociedade e o estabelecimento de parcerias são fatores preponderantes para a execução das ações do Programa. De modo geral, diretamente ou não, estão envolvidos com a preservação do patrimônio cultural do País as universidades e escolas, as organizações da sociedade civil ligadas à cultura, os Governos Estaduais e Municipais e outros entes colaboradores, ligados à preservação do patrimônio.

Quanto à execução de ações implementadas em outros Ministérios, a Ação Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República não foi inteiramente implementada porque a comissão não informou adequadamente ao IPHAN os projetos contemplados. A inexistência de um interlocutor institucional que atue junto aos outros

Ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN.

O público-alvo é formado, em grande parte, pelos moradores de núcleos históricos tombados, estudantes de todos os níveis do ensino, turistas, pesquisadores, Governos estaduais e municipais, instituições congêneres, organismos internacionais.

Quanto às boas práticas de gestão, há acompanhamento quinzenal da execução financeira por unidade de gestão. Além disso, foram criados três indicadores de gestão que serviram de base para o planejamento de 2008, apresentados a seguir:

- a) meia-vida orçamentária, que representa a quantidade de meses necessários para que a execução orçamentária (empenhado) do Programa atinja o índice de 50%. E, em 2007, foi de 11,2 meses, ou seja, foram necessários 93% do ano, para que o IPHAN executasse metade do orçamento empenhado no Programa;
- b) quantidade de projetos de pequeno porte (projetos com valores orçamentários inferiores a 20 mil reais). A apuração deste indicador somou, em outubro de 2007, 390 projetos aprovados no Sistema de Planejamento do instituto (SISPLAN/IPHAN). Trata-se de um indicador de eficiência, com impacto sobre o desempenho da instituição nas ações finalísticas, uma vez que até outubro de 2007 existiam de cerca de 900 planos de ação (PAs). A cada PA corresponde um projeto desenvolvido pelos departamentos, pelas coordenações gerais e pelas unidades descentralizadas do instituto;
- c) relação entre atividade meio e atividade fim com apuração pela execução orçamentária das ações segundo esta classificação, o que representou em 2007, para cada real investido em projetos finalísticos, foi gasto R\$ 1,80 com a manutenção da máquina administrativa.

Os indicadores do Programa revelam a produção anual do instituto, mas não revelam informações sobre o impacto do Programa na comunidade, pois avaliam até que ponto as metas estão sendo alcançadas. Ainda assim, a implantação desses indicadores representou importante avanço para o IPHAN, forçando-o a imprimir esforços em encontrar dados secundários, coletados sistematicamente por outros atores sociais, que possam auxiliar a avaliação da política de patrimônio (por exemplo, a Taxa de Ocupação de Áreas Urbanas, disponível em todas as prefeituras, pode indicar o impacto da política sobre a revitalização de centros históricos). Citações na mídia podem dar indicação sobre a valorização do patrimônio por parte da população brasileira, e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sobre a atividade econômica nas cidades, podem avaliar o impacto das políticas de patrimônio sobre o aumento da atividade turística ou artesanal.

Existem dificuldades fundamentais para caracterizar o público-alvo e, conseqüentemente, expressar com acurácia quem se beneficiou do Programa, uma vez que o Patrimônio Cultural é um bem público por excelência (no sentido econômico da expressão), as ações do IPHAN são voltadas para um público muito amplo.

Com o objetivo de tornar o universo do patrimônio realmente representativo da diversidade cultural brasileira, dando maior atenção às manifestações culturais de grupos menos contemplados na Política Pública do patrimônio, o IPHAN redirecionou suas atividades. Assim vem sendo priorizado o reconhecimento de manifestações culturais populares, especialmente as relacionadas a etnias que historicamente são alvo de discriminação.

BRASIL, SOM E IMAGEM

GERENTE DO PROGRAMA

Orlando de Salles Senna

OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 148.301.770,00	Empenho Liquidado:	R\$ 105.908.039,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 105.908.039,00
Previsto não-orçamentário R\$ 15.000.000,00	Realizado não-orçamentário R\$ 0,00	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil - Porcentagem	-	12.05	11.00	-	35.00	-
2. Relação público x número de cópias lançadas de filme nacional - Unidade	-	5.548.00	3.962.00	-	-	-
3. Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional - Porcentagem	-	-	2.00	-	-	-
4. Taxa de participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas - Porcentagem	-	-	70.00	-	-	-

1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRAFICO DO BRASIL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da Agência Nacional do Cinema (ANCINE). Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

2. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

3. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Os indicadores não foram apurados a tempo, denotando falta de celeridade no processo. A apuração de todos os indicadores está a cargo da ANCINE. Até o fechamento do processo de avaliação os indicadores para 2007 ainda estavam em fase de apuração.

4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS E VIDEOFONOGRÁFICAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A ausência de mensuração do indicador impossibilita a avaliação de seu alcance em relação ao previsto para o final do PPA 2004-2007. Neste indicador, especificamente, não foi possível acompanhar os índices ano a ano como se pretendia. Essa falha ocorreu já na fase de elaboração, no âmbito do PPA 2000-2003, quando se vislumbrou um indicador com representatividade, todavia, sem se observar características essenciais como a praticidade, isto é, a garantia de que o indicador pudesse permitir a tomada de decisões gerenciais, devendo, para tanto, ser testado com acesso às informações primárias, bem como de registro e manutenção para o cálculo dos indicadores. As bases de dados, no caso deste indicador, não foram mapeadas, pois a participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas não se restringe apenas às ações da ANCINE e do Ministério da Cultura (MinC). Destarte, a mensuração da quantidade de produções nacionais que receberam apoio financeiro da União, com base apenas nos dados acessíveis, acarretaria o uso de um indicador sem confiabilidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso da população aos bens culturais do País é de fundamental importância para o fortalecimento da identidade nacional. No caso específico do audiovisual, a atuação reguladora ou mesmo interventora do Estado é indispensável, já que a oligopolização

do setor faz com que o produto nacional encontre grandes dificuldades para alcançar o público. É preciso considerar, inclusive, que os mecanismos de distribuição e de exibição das obras audiovisuais no Brasil tendem a estar ligados aos interesses do capital transnacional e ao processo de acumulação internacional de capital, com implicações significativamente negativas para o processo de assimilação de valores identitários por parte dos brasileiros, dado o potencial de disseminação e imposição de informações, valores, crenças e ideologias do produto audiovisual na sociedade contemporânea, sem falar no seu papel indelegável de catalisador da construção de soberania e cidadania nacionais. Vivemos atualmente um processo de recuperação do mercado para o cinema brasileiro. Os números, entretanto, estão longe dos registrados na década de 70, quando o filme brasileiro ocupava 35,92% do mercado consumidor. Esta tendência foi atropelada por uma série de fatores (defasagem tecnológica, abertura indiscriminada do mercado e ausência de Políticas Públicas de proteção do setor), que levou o cinema nacional a ocupar, em 1992, apenas 0,05% do mercado. A partir de 1995, foi iniciado um processo de recuperação, com os índices de ocupação, passando de 3,62% para 8,28% em 2000. Em 2003, a taxa de ocupação chegou a 21%.

O desafio que se coloca agora é, a partir da implementação das ações previstas neste PPA, viabilizar a meta de 30% de ocupação até 2007. A não-implementação do Programa resultará na ausência do fomentador primeiro da produção audiovisual nacional e na completa predominância do produto importado, impactando negativamente o processo de construção e solidificação tanto da identidade quanto da própria soberania nacional. O principal condicionante positivo do Programa reside na realidade dinâmica do setor audiovisual, que tem sido capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo, repercussões em sua interação com outros setores produtivos, gerando emprego e renda, e, ainda, em sua influência nos padrões de consumo e comportamento. Como condicionante negativo ressalta-se a força política e econômica das empresas produtoras e distribuidoras nacionais e internacionais, que têm no produto audiovisual menos profundo, bem como no seu próprio poderio econômico, suas vantagens competitivas mais relevantes perante o produto nacional de qualidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Fomento a oito obras cinematográficas.
- Fomento a 35 obras de documentários – DOCTV.
- Fomento a 53 títulos nacionais em DVD - Programadora Brasil.
- Capacitação de 49 profissionais nas áreas de cinema, televisão, vídeo e segmentos afins.
- Apresentação de 69 filmes nacionais, de curta-metragem e de longa-metragem, em 33 festas internacionais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento se faz periodicamente, em reuniões de trabalho com os técnicos envolvidos. Projetos como o DOC TV, além dos festivais e das mostras, são acompanhados com visitas permanentes de técnicos e gerentes da Secretaria do Audiovisual (SAV). Os projetos de produção audiovisual, viabilizados pelas leis de incentivo, têm acompanhamento de repasses financeiros, a partir de um programa de conta especial, em parceria com o Banco do Brasil (BB). A avaliação do desempenho físico das ações tem como base o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A falta de pessoal técnico qualificado prejudica os processos de acompanhamento, sobrecarregando o quadro de pessoal e impossibilitando um acompanhamento mais eficiente dos programas.

A compatibilidade do fluxo de recursos foi descontínua no que se refere à programação física, prejudicando a execução programada, o que inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, e prejudica sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas. Os recursos alocados na Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

O quadro de cargos em comissão e o de pessoal do MinC não atendem em termos quantitativos e qualitativos à demanda da sociedade. Isto decorre da falta de profissionalização que o Estado brasileiro impôs, nas últimas décadas. Com a realização do primeiro concurso próprio do MinC, a situação tende a melhorar, mas ainda está longe da ideal.

O excesso de burocracia prejudica os processos de licitações, e o andamento e a qualidade da execução das ações.

Nas parcerias, o Projeto Setorial Integrado de Promoção de Exportação da Indústria Brasileira de Audiovisual, desenvolvido com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), demonstrou que a boa articulação e a boa parceria dos órgãos envolvidos levam a ótimos resultados.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As ações do Programa, desenvolvidas com parcerias não-governamentais, têm resultados bastante positivos. Projetos centrais como o DOC TV, o Revelando os Brasis e o projeto Programadora Brasil são executados em parcerias com agentes não-governamentais, potencializando a capilaridade das ações. As ações desenvolvidas pelo Programa são baseadas em demandas do setor audiovisual, identificadas em reuniões com representantes da atividade.

A SAV possui um Conselho Consultivo, com reuniões semestrais, um fórum em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas e o Conselho Superior de Cinema (CSC), instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC.

A avaliação do Programa pelos usuários é realizada no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual. E, reuniões internas de avaliação no âmbito da SAV e do MinC, considerando as recomendações do Conselho Consultivo, são práticas renovadoras dos processos de gestão.

Os indicadores considerados são insuficientes para medir a repercussão das ações nesta área e se limitam a mensurar apenas um aspecto do Programa: as ações de fomento à produção. É necessário que sejam elaborados outros indicadores adequados e mais abrangentes as características do problema que se pretende resolver.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

GERENTE DO PROGRAMA

Edvaldo Mendes Araújo

OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiros.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 21.878.120,00	Empenho Liquidado:	R\$ 20.423.674,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 20.423.674,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

O Programa não possui indicador.

A ausência de indicadores, no setor cultural, diz respeito à ausência de informações sobre a produção e o consumo de bens e serviços culturais. No caso da Fundação Cultural Palmares (FCP), a ausência de indicadores de processos e de qualidade, dada a falta de dados históricos específicos sobre seus custos operacionais e sobre os impactos de sua atuação, inviabiliza a utilização de fórmulas fidedignas para a demonstração de resultados.

No PPA 2004-2007, verificou-se a impossibilidade de medição dos indicadores propostos inicialmente e dois novos foram elaborados em substituição aos anteriores. Contudo, observou-se que os mesmos não foram inseridos nas revisões do PPA devido à impossibilidade de mensuração.

Alguns indicadores poderiam ser utilizados futuramente para medição do esforço e da eficiência institucional a partir da adoção de séries históricas pela organização. Neste sentido, a FCP aguarda a finalização do trabalho de elaboração de indicadores culturais para que suas atividades possam ser discutidas de acordo com parâmetros objetivos claros e definidos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos, tem enfrentado os seguintes problemas:

- a) difícil acesso aos bens e aos serviços sociais;
- b) ausência de equipamentos sociais nas comunidades quilombolas e da documentação civil que lhes possibilitem o acesso aos serviços públicos básicos;
- c) infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, *deficit* de moradia, baixa renda e mortalidade infantil acentuada;
- d) desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa.

Além disso, a maioria dessas comunidades, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas, ainda não possui a titulação e o registro de propriedade das terras, nem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos.

Todos esses fatores têm levado as comunidades que não conseguem sobreviver a abandonarem seus locais de origem, buscando os centros urbanos. Em conseqüência, dado que não possuem qualquer qualificação para a inserção no mercado de trabalho, acabam sendo vítimas da marginalização, reforçada pelo preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira. No que diz respeito às comunidades religiosas de tradição afro-brasileira, os problemas de ordem material, tais quais o baixo nível de renda, a impossibilidade de sobrevivência dentro das comunidades, segundo os preceitos da antiga tradição, as precárias condições de saúde dos mais velhos, portadores da memória da comunidade, e a crescente onda de intolerância que se abate sobre estas comunidades são responsáveis pela precarização da preservação e reprodução de tradições afro-brasileiras, exigindo efetivas ações de sustentação destas comunidades.

Nesse quadro de precariedade soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo que possam referenciar programas educativos e programas de divulgação. É também um elemento de fortalecimento da cultura afro-brasileira o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana. Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e aos jovens negros e negras, em sua maioria pobres que vivem em comunidades sem infra-estrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização.

Vários outros fatores contribuem para agravar a situação dessas comunidades, como a falta de perspectivas quanto ao futuro da juventude negra, a discriminação e o preconceito racial existentes na sociedade brasileira e a veiculação de imagem negativa dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras, tradicionalmente estigmatizados como prostitutas e prostitutas, assaltantes ou meninos e meninas de rua. Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Certificação de 140 comunidades e o apoio a 261 demandas judiciais, assegurando terras e patrimônio cultural.
- Produção de cartilhas: Participação do negro na TV pública; O negro na Universidade; Mercedes Baptista; Rota Existencial; Cartilha negro outra história.
- Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.
- Matriz africana como forma de combate à intolerância religiosa com a preservação dos “modos de fazer” das ervas e raízes de matrizes africanas e a preservação, fortalecimento e valorização do patrimônio de terreiros de candomblé.
- Ampliação de diálogo com os países afro-latinos por meio da implantação de ações afirmativas para a população afro-descendente latino-americana e do diálogo entre o Brasil e a Colômbia.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa é feito pelos técnicos da FCP que, sempre que necessário, visitam os locais onde estão sendo desenvolvidos os projetos, fazendo o acompanhamento da aplicação dos recursos, sanando dúvidas e problemas e, pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), realizando o monitoramento físico e financeiro mensal. O Relatório anual de Gestão permite avaliar a execução física e financeira das ações da FCP, e diagnosticar falhas e problemas. Algumas metas foram subestimadas, devendo ser redefinidas.

A liberação descontínua do orçamento prejudicou a execução dos projetos realizados por algumas ações, já que impossibilitou o cumprimento das fases propostas no Plano de Trabalho. Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram distribuídos em gastos com pessoal, convênios, custeio e investimentos.

O espaço físico da FCP é inadequado e as instalações insalubres. A quantidade insuficiente de pessoal para análise, acompanhamento e recepção de projetos permite o acúmulo de tarefas e o atraso na execução. Falta, ainda, treinamento das equipes para análise, recepção e acompanhamento de projetos.

As parcerias são, em geral, com organizações não-governamentais (ONGs) que solicitam financiamento para projetos. No pregão eletrônico, outra forma de divulgação junto à sociedade, as dificuldades se dão com as empresas que só permanecem “presentes” até o momento do lance - logo em seguida existe uma dispersão.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Conforme o Decreto nº 4.887¹, de 20 de novembro de 2003, foi criada uma comissão de sindicância para apurar denúncias de fraudes no Território de Quilombo de São Francisco do Paraguaçu (BA), e um grupo de trabalho para rever os procedimentos internos da FCP, quando houve a emissão da certificação. Com a primeira medida se chegou ao resultado inofismável de que não houve qualquer fraude produzida seja pela FCP, seja pelos quilombolas, fato confirmado por laudo antropológico realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no mesmo período. Da segunda medida resultou a Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da FCP, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03, que propicia mais segurança nos processos, tanto para os quilombolas quanto para a instituição.

Foram adquiridos equipamentos audiovisuais para o Centro Nacional de Informação da Cultura Negra (CNICN) e livros para compor o acervo da biblioteca da FCP, assim como realizados seminários para divulgação e esclarecimento do papel da FCP em relação ao tema do apoio à posse da terra e preservação da herança cultural das comunidades remanescentes de quilombos, bem como dos instrumentos jurídicos que regulam as referidas matérias junto a representantes dos quilombolas.

Nas parcerias, a maior dificuldade é a falta de preparo dos agentes capacitadores, o que poderia ser aperfeiçoado com a reciclagem das ONGs, que tem dificuldades para trabalhar com recursos públicos de maneira eficaz e eficiente.

A participação social se dá mediante audiências públicas, para tratar das situações referentes aos quilombolas e suas terras, o sítio na Internet e o Fale Conosco são ferramentas fundamentais para a interação junto à sociedade, com possibilidade de se divulgar o trabalho, os produtos e as ações em defesa dos direitos, da valorização e da proteção da cultura afro-brasileira. O Fale Conosco, em especial, é o meio que a instituição tem para ouvir os anseios e as demandas da sociedade, podendo construir, através dele, outros mecanismos e outras ações para atender à população negra de forma satisfatória, como a realização de pesquisas, eventos, cursos e capacitação, contudo para o Programa não foi implantado nenhum mecanismo que avalie a satisfação dos beneficiários.

1 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da FCP/MinC, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) com vistas a promover a avaliação do desenho do programa e subsidiar a sua documentação de concepção para os próximos processos de revisão do PPA.

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Célio Roberto Turino de Miranda

OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 158.585.301,00	Empenho Liquidado:	R\$ 126.550.091,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 126.550.091,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura - Porcentagem	-	-	-	0.30	-	-

1. ÍNDICE DE ACESSO À CULTURA VIA PONTOS DE CULTURA

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

-Análise e Justificativa:

Como o índice foi acordado e medido pela primeira vez em 2007 (ano-base 2006) não houve uma previsão de alcance ao final do PPA 2004-2007, considerando como período de análise os anos decorridos na execução do PPA. O objetivo é realizar essa previsão, bem como incluir novos indicadores para a avaliação do Programa no PPA 2008-2011. Cabe destacar que o índice envolve apenas as populações a que os pontos de cultura se propõem a atender, e não a população brasileira como um todo. Constitui um parâmetro de acompanhamento para avaliar o alcance do Programa a identificação de possíveis

distorções que mereceriam uma avaliação para correção de rumos, no que diz respeito a melhorias dos critérios de seleção, ou uma avaliação qualitativa de um ou outro ponto de cultura que demonstre pouca eficiência no atendimento.

O índice deve variar de zero a um, indicando um atendimento maior quanto mais próximo de um, e menor quanto mais próximo de zero. O responsável pelo cálculo, apuração do índice é a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). Dos 575 pontos, pontos e núcleos de redes de pontos de cultura que receberam ofício com perguntas sobre os elementos componentes do índice, 277 encaminharam respostas.

Os índices de referência foram apurados em novembro de 2007 (ano-base 2006), na primeira medição. E, em janeiro de 2008 (ano-base 2007), foi realizada a segunda medição para cada ponto de cultura instalado que respondeu ao ofício e agregados regionais e em âmbito nacional. Os resultados foram os seguintes:

Região	2007 (Ano Base 2006)	2008 (Ano Base 2007)
Nordeste	0,4917	0,4562
Norte	0,1193	0,0866
Centro-Oeste	0,2560	0,4666
Sudeste	0,1353	0,4746
Sul	0,1835	0,3404
Brasil	0,2964	0,4292

CONTEXTUALIZAÇÃO

As tradições culturais e as artes traduzem modos diferenciados de perceber, sentir e atribuir significados e valores à ampla gama de relações sociais. A apropriação crítica e criativa do diversificado patrimônio cultural brasileiro e dos códigos específicos das linguagens artísticas é, portanto, instrumento de formação do indivíduo e de conhecimento e de transformação da realidade, bem como arcabouço da construção do sentido de “pertencimento” social. Para tanto, porém, é preciso conhecer, formar gosto, ganhar competência cultural para interpretar e utilizar signos e códigos próprios de tais universos. Esse processo leva tempo e envolve a competência institucional das estruturas sociais, seja da escola seja dos meios de informação, somada às competências próprias de cada comunidade e de cada indivíduo.

Observa-se que a formação dos indivíduos, especialmente, daqueles que dependem prioritariamente de agências institucionais públicas para ter acesso ao patrimônio artístico e cultural, não vem associando os chamados conteúdos escolares às referências culturais e às linguagens artísticas. Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens adultos em situação de vulnerabilidade social defronta-se com enormes barreiras simbólicas para usufruir bens culturais mais elaborados, adquirir hábitos culturais e, assim, apropriar-se efetivamente da produção cultural da sociedade. É necessário e urgente, portanto, incidir na formação inicial e continuada de mediadores e formadores, para que tenham competência e prazer em aproximar o patrimônio cultural de adolescentes e jovens adultos que se encontram à margem dos circuitos mais elaborados da cultura e das artes. Tais mediadores e formadores podem ser tanto agentes das instituições escolares públicas, quanto aqueles que integram (ou têm desejo e interesse de integrar) o campo das práticas culturais no meio social. Também é necessário

e urgente fazer da cultura palco para o desenvolvimento de potencialidades profissionais de adolescentes e jovens adultos, seja no campo da produção, seja no da circulação e difusão de bens culturais ligados à memória e à inovação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 742 espaços de cultura - Pontos de Cultura - instalados, modernizados e apoiados.
- 2.725 pessoas apoiadas por meio de iniciativas voltadas para a inclusão social pela cultura.
- 120 projetos apoiados junto a Escola Aberta à Cultura (Escola Viva).

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

A SPPC, com a participação das representações regionais do Ministério da Cultura (MinC), realizou visitas *in loco* para reunir dados e informações no sentido de compor a parte técnica da prestação de contas dos projetos em execução. Isso implica monitorar o desempenho físico da Ação Instalação e Modernização de Espaços Culturais (Pontos de Cultura), cujo produto é espaço cultural apoiado. O aperfeiçoamento tem sido no sentido de gerar, a partir de um relatório de visitas padronizado, um banco de dados sobre as informações coletadas como meio de acompanhamento da execução dos projetos.

O acompanhamento informatizado do desempenho físico desta Ação é realizado no âmbito do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), sistema corporativo de acompanhamento de convênios do MinC, que comporta principalmente dados relativos à execução dos convênios, mas também permite a elaboração e emissão de relatórios com diversas informações agregadas sobre os pontos de cultura, com atualização diária. E, em 2007 os resultados da ação foram 742 espaços culturais apoiados contemplando os 195 pontos implantados nas 28 redes de pontos conveniadas entre o MinC, Estados e Municípios. Os convênios com entidades sem fins lucrativos são atualmente 504. Também foram instalados 43 pontões de cultura, alcançando-se 17 Estados.

Na ação Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, o acompanhamento da iniciativa Cultura Digital ocorre por meio do Sistema MapSys - sistema com o mapeamento dos pontos de cultura com potencial digital detectado para recebimento dos primeiros *kits* multimídia e os respectivos dados. Atualmente conta com informações de 700 pontos e entidades vinculadas à temática, e sua atualização é mensal. Um trabalho de longo prazo, envolvendo o levantamento e criação de um banco de dados, vem sendo realizado pelo Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas (IPSO), no Pontão Mapas da Rede, que é um dos pontões participantes do Programa. O trabalho se baseia em um conjunto de questionários e informações divulgados pela Internet. O primeiro levantamento teve como objetivo atualizar dados de contato, o segundo gerou informações sobre infra-estrutura tecnológica dos pontos, o terceiro coletou informações

sobre o pessoal que trabalha nos pontos e o quarto identificou as atividades desenvolvidas nos pontos através da caracterização de temas, públicos, linguagens e formatos.

Ainda no tocante a esta Ação, em 2007, houve a implantação da iniciativa Griô Mestres dos Saberes, que resultou no apoio a 250 pessoas, atuantes em 50 pontos de cultura. Permitiu, também, o prosseguimento da implantação da iniciativa Cultura Digital, que alcançou 1.390 pessoas por meio da realização de 37 oficinas, ocorridas em 117 Pontos de Cultura. Afora isso, apoiou pessoas no âmbito de atividades de outros órgãos públicos, para os quais o MinC realizou descentralizações, com o objetivo de contribuir para a consecução da ação - por exemplo, na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), visando a implantação do projeto Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro).

A Ação Escola Aberta à Cultura (Escola Viva) teve a sua realização pela concessão do Prêmio Escola Viva a iniciativas que articulam projetos culturais e educativos com a participação das comunidades. A concessão dos prêmios ocorreu em dezembro de 2007, o que levou à concentração da realização física neste mês. O percentual referente aos resultados físicos da ação foi na ordem de 240% revelou-se acima do previsto pelo fato do valor unitário do prêmio ter sido reduzido, alcançando um número superior de projetos apoiados em relação ao inicialmente planejado.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar para o exercício de 2008. A liberação de emenda parlamentar no final do exercício também contribuiu para a inscrição de um elevado montante de recursos em restos a pagar. O maior impacto dessa distorção ocorreu na execução da Instalação e Modernização de Espaços Culturais.

Duas atividades de alto impacto no desempenho do Programa são realizadas na forma de parcerias. A primeira é o Prêmio Cultura Viva, idealizado pelo MinC, com patrocínio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), apoio do Canal Futura e da coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), tem como objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais de todo o País, as quais valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania, em 2007, contou com cerca de 2.700 inscrições, alcançando mais de 1.850 Municípios brasileiros. Após criterioso processo de análise e seleção, foram premiadas 18 iniciativas, sendo três em cada uma das seis categorias: Escola Pública de Ensino Médio, Fundação e Instituição Empresarial, Gestor Público, Grupo Informal, Organização da Sociedade Civil e Ponto de Cultura.

A segunda atividade é no âmbito da TEIA - a Rede de Cultura do Brasil, que em 2007 teve lugar em Belo Horizonte (MG) viabilizado pelos pontos de cultura que participam do Programa e o encontro teve como tema principal a relação entre cultura e educação contando

com um total de 2.175 delegados e representantes dos pontos participaram das atividades da TEIA e do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC). A realização da TEIA 2007 exigiu um montante de R\$ 5,6 milhões, captado via Lei de Incentivo à Cultura, e formado com recursos da Petrobras (R\$ 3 milhões), da Fundação Vale do Rio Doce (R\$ 1 milhão), da Fiat (R\$ 1 milhão), da Usiminas (R\$ 250 mil), da Telemig Celular (R\$ 250 mil) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (R\$ 100 mil).

Há na equipe gerencial ausência de estrutura formal adequada. As responsabilidades formais assumidas pelos gerentes transcendem os assuntos referentes a cada área, sobrecarregando estes. Assim, a diversidade de atribuições dentro da mesma gerência vem trazendo restrições à implementação do Programa. A SPPC apresenta um quadro de escassez quantitativa de recursos humanos, agravado pelo aumento considerável da carga de trabalho representado pelo crescimento do número de convênios no exercício de 2007. A maioria dos consultores e terceirizados não possuem vínculo direto. Nas equipes executoras o quadro é de baixa capacidade técnico-administrativa, gerando problemas na execução, formalização e acompanhamento de convênios para a implementação das ações. A terceirização e rotatividade não permitem que o conhecimento seja repassado aos novos contratados. Apenas 38% do total de colaboradores da secretaria são servidores com vínculo com a administração pública. Entre os demais colaboradores, o número dos que desenvolvem suas atividades na SPPC há menos de dois anos é considerável.

Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência em função de interpretações diferentes de normas por setores do MinC, falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo, duplicidade de tarefas, atraso na liberação de recursos e reduzida equipe. Ressalta-se, ainda, que a excessiva burocracia na tramitação do processo e a indefinição das atribuições de cada setor envolvido afetaram o processo de maneira significativa. A inadimplência dos proponentes, a não-apresentação da documentação obrigatória e o baixo conhecimento da legislação também contribuem para o atraso na formalização. Além disso, muitas entidades não conseguiram regularizar sua situação de inadimplência junto aos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta a tempo da habilitação para a celebração de convênios.

A implementação do Programa ocorre de forma descentralizada, mediante convênios com entidades da sociedade civil, Estados e Municípios, sendo que a inexistência de norma legal consolidada sobre o Programa, além de portaria ministerial que cria o Programa e editais de divulgação, foi apontada como problema no planejamento estratégico realizado pela SPPC. É necessário uma norma legal que fundamente, especificamente, o relacionamento do Estado brasileiro com entidades da sociedade civil com baixo nível de organização e institucionalização. A implantação do Programa se dá por meio de editais cujo objeto constitui o apoio, por meio de repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos, pontos de cultura, movimentos populares ou manifestações culturais que incrementem o acesso do público-alvo aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

Em 2007 foram publicados os editais dos Pontos de Cultura e Cultura Digital, sendo que os convênios com Estados e Municípios tiveram início no segundo semestre de 2006. Dessa

forma, avaliar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados equivale a avaliar os resultados do Programa como um todo, que se revelou acima da média.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias são importantes na viabilização dos resultados do Programa, como a parceria com o CENPEC para o Prêmio Cultura Viva, a com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Projeto PNUD BRA/04/051, que disponibilizam recursos técnicos e logísticos de subações componentes do Programa Cultura Viva, como é o caso do Pontão de Cultura Grãos de Luz e Griô, que participa da Subação Griô Nacional e do Pontão de Cultura Invenção Brasileira, que auxilia na implantação da iniciativa Escola Viva. E, com o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (Ipsó) que atua no levantamento e na organização de dados relevantes para o acompanhamento do Programa.

A gestão compartilhada é continuamente praticada no Programa, proporcionando uma importante metodologia para formulação e implantação dos projetos sociais que envolvem a participação de entidades da sociedade civil. Trabalhando com as noções de autonomia, protagonismo e empoderamento das comunidades participantes, permite constituir um concerto de vontades e perspectivas vitais, como reuniões de planejamento, discussões sobre ações específicas e seleção de novos pontos de cultura.

A Plenária do FNPC, que ocorreu na TEIA 2007, aprovou a criação de uma comissão nacional com 48 representantes, que espelha o esforço dos pontos de cultura e da equipe coordenadora do Programa, no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação. A comissão conta com representantes dos pontos de cada Estado (totalizando 27), mais um de cada eixo do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô), somados a um de cada segmento artístico que recebeu proposta de inclusão na plenária, como é o caso das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPC) contribui com uma reflexão crítica e ampla sobre o desenvolvimento do Programa, o que permite à equipe coordenadora reconhecer os problemas apontados e buscar sua solução em conjunto com os representantes dos pontos.

O trabalho de pesquisa e avaliação realizado pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) examinou a satisfação dos usuários do Programa, por meio de questionário, cujos dados foram consolidados em março de 2007, que abordou os seguintes tópicos: grau de conhecimento sobre o Programa e seus componentes; percepções sobre o processo de seleção; impressões e avaliação das comunicações com o MinC; problemas na liberação das verbas; participação na gestão do Programa; e avaliação dos objetivos do Programa.

Em linhas gerais, os dados do relatório final confirmam os levantados e analisados no projeto-piloto. Para uma ampla maioria dos entrevistados, embora o Programa constitua uma política inovadora e tenha avançado muito com algumas concepções (cultura como protagonista do processo de transformação social; valorizar e potencializar o que já estava

ocorrendo localmente na área de cultura; política de descentralização cultural), ainda se verifica uma distância substantiva entre a sua formulação e a sua implementação, já que existem vários aspectos operacionais e organizacionais que precisam ser aprimorados e aperfeiçoados. Os resultados da avaliação forneceram subsídios para a reflexão crítica sobre a implantação do Programa, principalmente no que tange ao aperfeiçoamento das práticas de atendimento ao beneficiário.

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), em função das avaliações realizadas no Programa, tem a consideração de que na prática as exigências formais de execução dos convênios são de difícil cumprimento por parte das entidades selecionadas, de acordo com a definição de público-alvo feita para o Programa, pois são entidades localizadas em sua maioria em comunidades excluídas, em áreas de risco social, e não possuem capacidade organizacional para atender às exigências formais, originando gargalos no desenvolvimento das ações descentralizadas, principalmente no momento da prestação de contas.

O Programa, no ano de 2007, teve revisão com reestruturação de seu desenho a partir da Oficina de Modelo Lógico, realizada entre a SPPC, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e a SPI.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA (PRODEC)

GERENTE DO PROGRAMA

Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes

OBJETIVO

Fortalecer as cadeias produtivas da cultura (audiovisual, música, artes cênicas, festas populares, artes visuais, *design* etc.), promovendo seu desenvolvimento econômico.

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 14.700.000,00	Empenho Liquidado:	R\$ 9.511.873,00
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$ 9.511.873,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. VOLUME DE NEGÓCIOS PROMOVIDOS PELAS EMPRESAS APOIADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A unidade de medida para este indicador não é porcentagem, mas sim unidade que expresse o volume bruto de negócios em reais, assim o índice apurado em 2007 foi de R\$ 8.000.000,00.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Economia da Cultura consolidou-se nas duas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. Tem registrado crescimento de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%. Hoje a Economia da Cultura responde por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos (EUA) (número de 2002), por 4% da força de trabalho e pelo principal produto de exportação do País. Na Inglaterra corresponde a 8,2%

do PIB (2001), cresce 8% ao ano desde 1997 e emprega 6,4% da força de trabalho. Na África do Sul emprega 17% da mão-de-obra, e 5% no Canadá. Em 1998 o comércio internacional de produtos e serviços culturais movimentou U\$388 bilhões. O Banco Mundial estima que a Economia da Cultura responda hoje por 7% do PIB mundial (2003). A Economia da Cultura, ao lado da Economia do Conhecimento (ou Economia da Informação), integra o que já se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços, altamente impactado pelas novas tecnologias e baseado em criação e propriedade intelectual, não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica.

O modelo da economia industrial tende a considerar o desenvolvimento como a característica de setores com estrutura relativamente estável e duradoura. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e as constantes mudanças como aspectos a se considerar em primeiro plano. As novas tecnologias (Internet, celular, difusão digital - TV, cinema, fonogramas, obras literárias e acadêmicas - etc.) criaram novos produtos, novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, tornando a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Podemos citar o exemplo da Inglaterra, que tem hoje um ministério das indústrias criativas, como marco da crescente importância que o setor vem adquirindo nas economias nacionais. Neste sentido, a ausência de uma política estratégica de desenvolvimento da Economia da Cultura no País num momento de grande mudança de padrões tecnológicos (Internet, TV digital, *games*, celulares, cinema digital etc.) e de modelos de negócios (comércio digital, licenciamentos, *creative commons* etc.), e de disputa internacional em torno da regulação de mercados e das questões pertinentes à propriedade intelectual, pode ter como consequência uma perda significativa de mercado (ainda mal conquistado) e de competitividade dos produtos e dos realizadores brasileiros, além do risco de progressiva desnacionalização da propriedade intelectual.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais, de 70 comunidades representativas dos Pólos de Produção de Artesanato no Brasil, intermediada pela Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart).
- Apoiados 72 empreendimentos e realizadas 450 reuniões de rodadas de negócios - Feira de Música do Brasil.
- Mobilização de 636 proponentes, apoio a 50 projetos de prática de extensão cultural nas universidades brasileiras, e investimento de R\$ 30 mil para cada projeto, totalizando R\$ 1,2 milhões em premiações - Extensão de Negócios.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Como mecanismos de monitoramento são utilizadas reuniões periódicas de trabalho com as instituições que estabeleceram convênio, sendo nelas avaliados os principais resultados das ações implementadas.

Por se tratar de um programa em uma área com pouca atuação direta do Governo, a Economia da Cultura, percebe-se baixa experiência, tanto do gestor público quanto do conveniado, na estimativa das metas físicas. Esse diagnóstico, contudo, será revertido doravante de acordo com a atuação do PRODEC e sua reformulação no caso de algumas metas físicas. Ademais, os produtos e suas metas, embora discrepantes com o planejamento inicial, mostraram-se satisfatórios e eficazes, pois o PRODEC revelou-se como um programa com alta capacidade de desenvolvimento qualitativo, e não apenas quantitativo.

Em geral, os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes, e as ações de financiamento a empreendedores apresentaram alguma deficiência em virtude do andamento, e de entraves legais e institucionais. E, o volume de recursos liberados ao longo do exercício foi compatível com a programação.

Quanto aos recursos humanos, há deficiência nos destinados exclusivamente para a gerência, espera-se suprir essa carência na reforma institucional a ser implementada em 2008.

Dificuldade no modo de lidar das instituições financeiras com as atividades culturais, especificamente no caso do apoio a empreendedores culturais, sobretudo no microcrédito.

Nas parcerias direcionadas para a capacitação profissional por intermédio da Promoart, houve resultado satisfatório, considerando-se que este é o primeiro ano de sua implementação.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa foi responsável por parte das parcerias do órgão que resultaram no levantamento de dados relacionados com o setor cultural. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações pontuais, voltadas para populações e territórios particularizados.

Os esforços para obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros, como, por exemplo, o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação das principais informações do setor no Brasil, no aperfeiçoamento dos mecanismos de elaboração e de gestão das Políticas Públicas. Outro estudo importante foi o Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007, que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 municipalidades do País. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto prazo e de médio prazo de grande impacto para o cidadão.

Trata-se do primeiro ano de implementação do Programa, representando um significativo avanço do MinC no sentido de incentivar e regulamentar as cadeias produtivas dos setores culturais, além de estimular o debate sobre a Economia da Cultura, com participações em seminários, debates e fóruns.

A Secretaria de Políticas Culturais (SPC) também optou por convênios que pudessem estimular cadeias produtivas que ainda padecem de pouca organização e orientação empresarial, sendo que as ações do Programa buscaram capacitar e qualificar os projetos, no sentido de valorizar o desenvolvimento sustentável e proteger os sistemas simbólicos implicados nessas cadeias econômicas. Este instrumento mostrou-se o mais adequado para a realização de projetos voltados a atividades com alto grau de informalidade e arranjos produtivos locais que ainda reivindicam um investimento federal para sua solidificação e seu desenvolvimento econômico. Foram selecionadas, portanto, instituições que demonstraram um histórico reconhecido de atuação nessas áreas, com a realização de feiras de negócios, de festivais e com a promoção do artesanato tradicional.

O Programa não tem parcerias não-governamentais para sua execução. O Conselho Setorial promoveu a participação social mediante a instalação das Câmaras Setoriais nas áreas de música, teatro, artes visuais e circo, que estabeleceram eixos estratégicos para a atuação governamental.

Como prática inovadora, o apoio a empreendedores culturais pode ser incorporado por outros órgãos federais vinculados às atividades econômicas e de desenvolvimento.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no segundo semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SPC, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

ENGENHO DAS ARTES

GERENTE DO PROGRAMA

Celso Frateschi

OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e aos serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 192.789.350,00	Empenho Liquidado:	R\$ 82.176.123,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 82.176.123,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Número de Espetáculos Apoiados por Região - Porcentagem	-	-	185,00	60,00	-	-
2. Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União - Porcentagem	-	-	1.473,00	2.885,00	-	-

1. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), uma vez que a sua apuração se dá pela divisão da quantidade de espetáculos apoiados pelo número de regiões brasileiras, que são cinco. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, os dados são referentes a 405 espetáculos apoiados, o que corresponde um índice de 81,00. Em 2006 foram 927 espetáculos apoiados, resultando num índice igual a 185,00. Em 2007 a quantidade de espetáculos apoiados foi 303 o que representa um índice apurado de 60.

Verifica-se que, em 2007, ocorreu uma diminuição do número de espetáculos apoiados em relação ao exercício de 2006, sendo que as principais causas deste decréscimo foram: a greve dos servidores da cultura, que paralisou por 76 dias as atividades da instituição; as obras nos galpões do Complexo Cultural Funarte e do Teatro Eugênio Kusnet, ambos em São Paulo, que se mantiveram fechados para o público; e a falta de renovação, em 2007, pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do patrocínio aos projetos Circulação de Música de Concerto, Concerto Didático nas Escolas e Pauta Funarte de Música Brasileira, eventos estes que, em 2006, representaram 577 espetáculos para um público de cerca de 100.000 pessoas.

2. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- Análise e Justificativa:

O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no SIGPlan. Considerando-se que a apuração do índice só teve início em 2005, por meio da divisão entre o total de público e a quantidade de espetáculos promovidos pela União. Assim, tem-se que em 2005 o índice apurado foi de 2.244,00, que é dado pela divisão de 909.044 (total de público) por 405 (total de espetáculos). Em 2006 o índice apurado foi de 1.473,00, representado pela divisão de 1.366.283 (total de público) por 927 (total de espetáculos). E, em 2007 índice apurado foi de 2.885,00, relativo à divisão de 874.263 (total de público) por 303 (total de espetáculos).

Verifica-se que, em 2007, ocorreu um aumento substancial do número de espectadores por espetáculo, que passou de 1.473 espectadores em 2006 para 2.885 em 2007. Este aumento se deveu à implementação, pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), de políticas de divulgação de suas atividades, através do seu portal, de fôlderes, de cartazes e de outros meios.

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, o desconhecimento das artes e da cultura brasileiras, bem como sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. Quanto à educação, não há ensino sistemático das artes e da cultura no Brasil, o que provoca a perda de oportunidade das crianças melhorarem o desenvolvimento do raciocínio, da expressão corporal, da disciplina e da capacidade de memorização, dentre outras características, o que dificulta a identificação de talentos e de futuros profissionais artísticos, bem como a formação de platéia.

A reduzida formação artística também impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades correlatas, como as de gestão, de fabricação e reparação de instrumentos musicais, de iluminação, de vestuário, etc. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação específica por carência de ofertas de cursos, o que leva a produções com deficiências técnicas

e artísticas. No contexto da produção e difusão há falta de auto-sustentabilidade, provocada pelo custo alto dos espetáculos sem a devida cobertura proveniente da bilheteria. Por exemplo, nas artes cênicas, o custo elevado se deve ao envolvimento de muitos profissionais na montagem, aos gastos com aluguel de teatro, mídia e direitos autorais, e à questão do reduzido público. Embora o Brasil possua excelentes artistas cênicos, musicais e de artes visuais, a maioria da população desconhece os trabalhos produzidos nas diversas regiões do País. Os artistas que não têm apoio da mídia, em especial dos meios de comunicação de massa, encontram grande dificuldade de inserção no mercado.

A difusão é dificultada, também, pelos altos custos de deslocamento, pela infra-estrutura inadequada e pela falta de mão-de-obra local especializada. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco informado e formado, o que dificulta a compreensão da arte, e causa rejeição e estranhamento, sobretudo quanto às artes visuais, à música erudita e à ópera. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a diversidade brasileira seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é muito pouco diante da dimensão da riqueza cultural do País. A dificuldade de programação e desenvolvimento de ações, capazes de estimular e incrementar a produção e a difusão, afóra a preservação das artes e da cultura brasileiras, se deve à carência de informações, estudos e pesquisas relacionados ao universo cultural brasileiro, passado e presente.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Projeto Pixinguinha - 10 caravanas musicais circularam por 16 cidades das cinco regiões do País, e cada uma realizou oito apresentações, totalizando 80 espetáculos e atingindo um público de 28.303 pessoas, além de contribuir para a formação de novas platéias e ampliação do mercado para músicos e produtores.
- Realização da XVII Bienal de Música Brasileira Contemporânea - atuaram 280 intérpretes em solo ou em conjuntos, do duo à orquestra sinfônica, na interpretação de 91 obras, na Sala Cecília Meirelles, com público de 2.437 pessoas, na cidade do Rio de Janeiro.
- Capacitação e requalificação de 783 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais, mediante concessão de bolsas e realização de oficinas em todas as regiões do País.
- Apoio à realização de 20 festivais, encontros e mostra de artes cênicas, artes visuais e música, atuando nas diversas regiões do País, disseminando a riqueza criativa da arte brasileira como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo um público de 591,2 mil pessoas.
- Concessão de 19 Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Literária e à Dramaturgia, em âmbito nacional.
- Rede Nacional de Artes Visuais - atuou em 60 Municípios da Federação, realizando 62 atividades, entre oficinas, palestras e seminários, com público direto de 2.057 pessoas.

- Concessão de 64 Prêmios Funarte de Artes Visuais - para difundir e fomentar a produção recente da arte brasileira.
- Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz e Prêmio Funarte de Dança Klaus Vianna - concessão de 227 prêmios, sendo 166 de teatro e 61 de dança, atingindo todas as regiões do País.
- Programa de Apoio a Orquestras - contempladas 19 orquestras em todas as regiões do País.
- Realização de seis Painéis Funarte de Regência Coral - 407 pessoas certificadas nas cidades de Cuiabá (MT), Belém (PA), João Pessoa (PB), Crato (CE), Palmas (TO) e Curitiba (PR), contemplando a edição virtual de 37 partituras para coros.
- Realização de cinco Painéis Funarte de Bandas de Música, com 603 pessoas certificadas.
- Projeto Conexão de Artes Visuais - concedidos 36 prêmios.
- 11ª Exibição Internacional de Cenografia e Arquitetura Cênica/Quadrienal de Praga, na República Tcheca, com homenagens ao dramaturgo Nelson Rodrigues e à arquitetura cênica do arquiteto Oscar Niemeyer.
- Intercâmbio Brasil-Portugal - encenação de seis espetáculos A Minha Mulher, vencedora da primeira edição do Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia.
- Realização do Seminário Os Direitos Autorais no Século XXI - debates sobre o acesso à cultura dos direitos culturais e autorais. E, do Encontro de Formação em Circo - debates sobre a arte circense, rumos do circo com a globalização e projetos sociais.
- Realização de 17 pesquisas com a edição de livros e cartilhas, com foco no teatro, na música e na arte-educação.
- Realizados 227 espetáculos de artes cênicas, artes visuais e música para formação de platéias, com público aproximado de 177,4 mil pessoas.
- Realização de 90 eventos educacionais e culturais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco de Recife (PE);
- Instalação de 46 espaços culturais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
- Programa de Difusão e Intercâmbio - edital público - 335 intercâmbios, de artistas, técnicos e estudiosos, convidados a participar de eventos culturais, promovidos por instituições brasileiras ou estrangeiras; - apoio a 197 projetos de vários segmentos culturais para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o relatório de acompanhamento elaborado pelos coordenadores, com periodicidade mensal. Para o próximo PPA será necessário criar ações não-orçamentárias, pois a dificuldade no registro de dados é decorrente dos recursos de parcerias firmadas, das quais o aporte de recursos não-orçamentários é decisivo para o cumprimento das metas da instituição. Estas metas não são computadas, sendo apenas mencionadas.

Apesar do contingenciamento de recursos, as metas físicas do Programa foram cumpridas mediante o apoio de recursos oriundos de patrocínio complementar. As ações provenientes de emendas parlamentares, em decorrência da não-liberação de limites orçamentário e financeiro suficientes para atendê-las, foram prejudicadas em relação à sua execução orçamentária.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas sem prejudicar o desenvolvimento das ações, já que a instituição buscou patrocínio para complementar estas, assim como outros mecanismos para não comprometer o planejamento.

Alguns projetos do Programa puderam aumentar seu âmbito de atuação graças à existência de parcerias firmadas, com aporte de recursos não-orçamentários decisivo para o cumprimento das metas, com destaque para a parceria com a Petrobras.

A implementação do Programa é descentralizada por convênios e parcerias, proporcionando maior agilidade aos processos e constituindo-se em facilitador do desenvolvimento dos projetos de grande abrangência. A gerência do Programa mantém contato sempre que necessário com os responsáveis pelas entidades executoras das ações. Os gerentes executores prestam informações sempre que solicitadas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As parcerias realizadas são importantes para o fomento das artes cênicas, das artes visuais e da música, e são essenciais para promover aspectos tanto artísticos quanto de desenvolvimento sócio-cultural. A transferência de recursos proporciona maior agilidade no desenvolvimento das ações. As instituições foram escolhidas por suas trajetórias e experiências na realização de projetos, já tendo sido parceiras em iniciativas anteriores.

A participação social se deu mediante o diálogo com a sociedade, a realização de audiência pública no Congresso Nacional e reuniões com os diversos grupos de interesse aos quais as ações se destinam, contribuindo para melhor definir problemas, detectar nós da cadeia produtiva e traçar Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor.

O Programa se propõe a atenuar desigualdades sociais e tem ênfase na inclusão cultural. Trabalha visando principalmente dar acesso ao grande público das diferentes manifestações culturais e fomentar a produção cultural do País.

A prática de editais públicos e diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo Programa tem consolidado a transparência na aplicação dos recursos.

Destaca-se a necessidade permanente de divulgação dos programas e projetos, além dos meios já existentes de divulgação, como o sítio eletrônico e os editais, para maior eficácia no alcance do público-alvo, assim como para o estreitamento das parcerias com entidades e instituições públicas e privadas nas esferas estaduais e municipais.

Os projetos desenvolvidos estão voltados para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional, levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito cultural tradicional. Neste sentido são evidentes os avanços ocorridos no período do PPA, haja vista a quantidade e a variedade dos projetos apoiados.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL (BRASIL PLURAL)

GERENTE DO PROGRAMA

Sérgio Duarte Mamberti

OBJETIVO

Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e os grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 7.020.000,00	Empenho Liquidado:	R\$ 6.021.009,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 6.021.009,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Nº de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas - Unidade	-	-	-	-	-	-
2. Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas - Porcentagem	-	-	-	-	-	-

1. Nº DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID) vem trabalhando no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Editais (SAED), que visa a compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. E, em parceria com

Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Universidade de Brasília (UnB) para a criação de um curso de especialização em Avaliação de Políticas Públicas Culturais e por intermédio da Coordenação de Acompanhamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma linha de pesquisa para estudos e pesquisas da diversidade cultural brasileira.

Junto a estas iniciativas consta a formatação do Programa de Avaliação de Políticas da Secretaria, em parceria também com a UnB, que efetivamente permitirá a criação de indicadores de desempenho para as políticas desenvolvidas no âmbito da SID. É importante ressaltar que a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) vem consolidando informações culturais não contempladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais quais as informações setoriais, as estatísticas sobre a gestão das Políticas Públicas e a realização de pesquisas sobre setores importantes, que ainda não foram contemplados, além da apresentação das principais informações sobre a atuação econômica do MinC, ou com o sistema de fomento baseado na Lei Rouanet, como o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), em parceria com o IBGE, referente ao período 2003-2005. Foi lançado, também em parceria com o IBGE, o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que apresenta uma pesquisa que permitirá um diagnóstico minucioso sobre a gestão cultural e as políticas culturais dos Municípios brasileiros. Outra iniciativa em andamento é a elaboração da Conta Satélite de Cultura, que medirá a participação da cultura e o seu percentual no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

A SID vem trabalhando no desenvolvimento do SAED, que visa à compilação e o tratamento das informações geradas com a publicação dos editais de seleção. A partir dos editais publicados pela SID e considerando-se os atores envolvidos em cada segmento, vem sendo iniciada uma série histórica que possibilita estabelecer indicadores efetivos para cada ação. Por exemplo, os povos indígenas, com 225 etnias e cerca de 750.000 indivíduos, inscreveram 467 iniciativas no primeiro edital (2006), representando cerca de 350.000 indivíduos, quase a metade da população indígena. Desse total, 82 iniciativas foram premiadas, beneficiando cerca de 60.000 indígenas. As demais compõem um catálogo com suas descrições, permitindo a difusão e o conhecimento pela sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. Diversos grupos característicos de nossa diversidade cultural não têm acesso aos mecanismos de fomento à cultura, devido a práticas elitistas e preconceituosas que devem ser enfrentadas através de mecanismos positivos de inclusão cultural. Processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e o desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações das culturas populares,

ocorrendo, até mesmo, riscos de desaparecimento de manifestações culturais e traços identitários. Várias características identitárias devem ser consideradas e valorizadas, tais quais:

- a) situações de classe e do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, etc.);
- b) situações de gênero e orientação sexual, como no caso do feminismo e do movimento *gays*, lésbicas, transexuais e bissexuais (GLTB);
- c) situação etária, como a dos idosos, dos jovens e das crianças;
- d) situação étnica, como a dos afro-descendentes, dos povos indígenas e dos descendentes de imigrantes de várias origens.

Dentre outros fatores, a sub-representação desses grupos sociais na produção cultural universal e brasileira provoca a necessidade de apoiar os grupos e as redes de produtores das expressões características da diversidade cultural, sejam elas tradicionais, modernas ou novíssimas, rurais ou urbanas, como a cultura *hip-hop* e as manifestações ligadas ao movimento GLTB, por exemplo. Em anos recentes, o processo de globalização vivido reforçou, paradoxalmente, a necessidade de afirmação das manifestações e das identidades locais e regionais.

Os brasileiros não conhecem e não usufruem as diversas manifestações da cultura brasileira, e as barreiras que impedem ou dificultam os necessários diálogos e trânsitos culturais no País levam à necessidade de apoiar processos de intercâmbio cultural. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, devem também levar em conta as diferentes expressões “locais” e “regionais” - expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas. O MinC criou a SID como reconhecimento da necessidade da criação e do aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Edital Povos Indígenas - 900 etnias inscritas em todas as regiões do País.
- Edital Idosos - 269 inscritos.
- Edital Culturas Ciganas - 130 inscritos.
- Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 184 inscritos com um aumento considerável em relação a 2006 que foi de 82.
- Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares - Prêmio Culturas Populares, edição Mestre Duda - 100 anos de Frevo.
- Concurso de Culturas Populares - 809 iniciativas inscritas, em todos os Estados, sendo 61 de Governos estaduais e municipais.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é realizado mediante:

- a) reuniões mensais com os responsáveis pela equipe, utilizando planilhas e sistemas informatizados;
- b) visitas às comunidades indígenas, aos brincantes e aos mestres das culturas populares;
- c) paradas de orgulho *gay*, contempladas em edital;
- d) cadastro de processos em sistemas informatizados que possibilite o monitoramento quantitativo e qualitativo das ações;
- e) composição de *mailing* segmentado para divulgação e articulação das ações em rede;
- f) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), com atualização dos registros mensalmente a partir de relatórios do órgão orçamentário interno.

Em face do contingenciamento, os recursos orçamentários executados foram insuficientes. O número de pessoas atendidas e as ações da Secretaria aumentaram substancialmente no último ano, sendo os recursos insuficientes para atender a todos os projetos inscritos em editais. As ações para as culturas indígenas e os idosos foram realizadas com recursos não-orçamentários, bem como as oficinas de Políticas Públicas da saúde mental.

Os recursos gastos na Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados no apoio operacional, responsável pela viabilização do Programa, principalmente com gastos em diárias e passagens.

A equipe gerencial se mantém desde o início do Programa sem acréscimo de recursos humanos, apesar de que suas ações e seu público aumentaram. Portanto, a administração dos processos também cresceu e o número de profissionais para atendê-la não acompanhou a demanda. Dos 30 colaboradores que a compõem, a maioria é terceirizada e com pouca formação na área de gestão pública e processos administrativos. Do quadro de servidores do MinC, somente seis atuam na equipe.

A greve dos servidores paralisou os processos internos, prejudicando a realização do cronograma do Programa e acumulando várias atividades. Também ocorreram atrasos por conta de análises jurídicas e acúmulos de processo, prejudicando a publicação de editais. Alguns convênios não puderam ser realizados por inadimplência dos proponentes.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Todas as ações do Programa são de âmbito nacional e possuem alta capilaridade. Entretanto, há dificuldade de acesso por parte de alguns segmentos, notadamente indígenas, ciganos e culturas populares. Isto demanda uma articulação entre o Estado e as organizações da sociedade civil. No Prêmio Culturas Indígenas, por exemplo, foi estabelecida uma rede de 4600 agentes, que participaram na divulgação e no apoio às inscrições nas aldeias indígenas.

O Programa propicia a participação social mediante a realização de audiências públicas (com a participação da SID e da sociedade civil), na Câmara dos Deputados, onde são debatidos temas que permeiam o Programa e que têm contribuído para sua melhoria. Também foram realizados fóruns específicos e oficinas de escuta com todos os segmentos. Alguns membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) fazem parte de grupos de trabalho ou de comissões julgadoras dos editais lançados pela secretaria.

A sociedade participa desde a elaboração das diretrizes e ações dentro dos segmentos da diversidade, que foram contemplados nas ações e se reflete nos resultados do Programa. A satisfação dos beneficiários do Programa é pesquisada em todas as ações.

Diante das dificuldades encontradas na formatação e nos resultados do Programa, será realizada, no primeiro semestre de 2008, a Oficina de Modelo Lógico, com a participação da SID, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI).

LIVRO ABERTO

GERENTE DO PROGRAMA

Muniz Sodré

OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 41.303.296,00	Empenho Liquidado:	R\$ 28.212.461,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 28.212.461,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Coeficiente de Bibliotecas Públicas - Unidade	-	-	-	0.37	0.32	116%
2. Índice Nacional de Leitura - Livro por pessoa.ano	1.80	-	-	-	2.00	-
3. Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas - Porcentagem	81,3	88.50	88.50	94.10	100.00	94,10%

1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

As bibliotecas instaladas pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), no período, somadas às instalações espontâneas de bibliotecas pela sociedade, melhoraram o índice que indicava, em 2000, a existência de uma biblioteca de acesso público para cada 34 mil habitantes. Em 2007, com a projeção da população feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou-se a existência de uma biblioteca para cada 26 mil habitantes. Para fazer do Brasil um país de leitores, uma das medidas necessárias é aumentar o número de bibliotecas. Por conta disso, em 2008, uma das principais iniciativas é “zerar” os Municípios sem biblioteca, sem excluir outras possibilidades, e modernizar as já existentes.

Considere-se uma disfunção neste indicador, pois o índice de base, o coeficiente apurado em 2002 é 0,23 e não 23. Da mesma forma, a meta para o final do PPA é de 0,32 e não de 32. Constata-se a evolução do indicador aferido em 0,37 e, dessa forma, a superação da meta prevista no PPA. Pela leitura atual, encontrou-se uma diferença no coeficiente apurado para 2002. No cálculo atual, considerando-se as bases do IBGE, tem-se 0,29 e não 0,23. Para a análise, resolveu-se adotar o indicador 0,29 porque se desconhece as fontes para mensuração do número 0,23, inscrito no PPA 2004-2007.

2. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA

VALOR DO ÍNDICE ALCANÇADO AO FINAL DO PPA EM RELAÇÃO AO PREVISTO

- Análise e Justificativa:

Este indicador não teve apuração desde 2006, e já está proposta para o PPA 2008-2011 a sua exclusão, pois não existem informações suficientes para apurar sua fórmula de cálculo.

3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

Análise e Justificativa:

Uma das principais estratégias do Programa Livro Aberto é “zerar” o número de Municípios brasileiros que não possuem biblioteca pública. Os esforços são no sentido de que seja implementada, pelo menos, uma biblioteca pública em cada Município brasileiro. Em 2007 foram adquiridos *kits* compostos de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som para instalação de 300 bibliotecas. O índice apurado deste indicador, em dezembro de 2007, foi de 94,1%, que representa o percentual de Municípios brasileiros com biblioteca pública em relação ao número total de Municípios brasileiros. Para 2008, estão previstos recursos para “zerar” o *deficit* de Municípios brasileiros sem biblioteca pública.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Saber ler é exigência e condição sócio-cultural básica para se viver nas sociedades modernas. Em uma nação leitora, o cidadão é habilitado para chegar à vida adulta, com capacidade de ler e entender manuais, embalagens de produtos, instruções de uso, relatórios, poesias, atlas, gráficos, artigos de jornais e todas as demais formas da escrita cotidiana, sejam impressas ou eletrônicas. O sujeito leitor tem mais acesso à informação e maior capacidade crítica, e pode exercer plenamente sua cidadania. Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de neoleitores, para dar conta das complexas exigências sociais.

Assim, para a consolidação de uma nação justa, dentre outros fatores, encontra-se a capacitação do povo para o uso da informação escrita, isto é, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador, os quatro instrumentos básicos da sociedade da informação. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos,

conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. No Brasil, a capacidade de usar a informação escrita em benefício próprio, das famílias, das empresas e da nação encontra-se restrita às poucas elites letradas. A grande maioria do povo não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar.

Para tanto, é preciso fixar políticas que permitam o acesso da população à informação escrita, o que se dará por meio da implantação de bibliotecas públicas e escolares, de livrarias, bancas de revistas, redes de vendas e redes de comunicação eletrônica. Também o sistema de distribuição de livros, revistas e jornais, com a exceção da distribuição do livro escolar, que é democrática e favorece principalmente os pobres, acompanha de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas concentram-se nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e ao acesso à Internet, afóra a classe média, que se informatiza por conta própria, pouquíssimas bibliotecas públicas e escolares oferecem tais ferramentas ao povo. Além disso, sabe-se que o livro é caro, observando-se o preço médio internacional, e ainda mais caro, observando-se o poder aquisitivo do povo. Vários fatores contribuem para essa realidade, dentre eles a baixa tiragem, que é o fator determinante para o elevado custo do livro. Soma-se a tudo isso o fato de o Brasil produzir cerca de 2,5 livro *per capita*, e destes apenas 0,7 serem livros não didáticos, que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso País. Tal quadro é agravado com o fato de que, ainda assim, as bibliotecas existentes encontram-se em situações precárias de atendimento, necessitando de novas implantações e revitalizações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de *kits* para instalação de 300 bibliotecas, composto de acervo bibliográfico contendo 1.828 títulos, mobiliários, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som.
- Modernização de 65 bibliotecas.
- Concessão de 29 novas bolsas de pesquisa e renovação de 25.
- Concessão de oito bolsas para o prosseguimento das pesquisas sobre Rui Barbosa e sua época.
- Concessão de nove bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Alemanha, da Bolívia, da Espanha, dos Estados Unidos (EUA), da Inglaterra e da Itália.

- Concessão de 18 bolsas a escritores brasileiros com obra em fase de conclusão, visando reconhecer e estimular a produção literária nacional.
- Prêmio Luis de Camões, instituído pelos Governos do Brasil e de Portugal, outorgado ao escritor português António Lobo Antunes.
- Prêmio Fundação Biblioteca Nacional ao melhor livro do ano, dividido em oito categorias.
- Participação na 27ª Feira Internacional do Livro de Santiago (Chile), sendo o Brasil o convidado de honra, com os projetos Quarta as Quatro e Café *Intercom* realizados na Biblioteca Nacional (BN) e transmitidos ao vivo através de sítio eletrônico.
- Participação nas bienais do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, entre outras.
- Produzidas 37 obras, entre edições e co-edições, como Os Lusíadas, de Luis de Camões, e Dom Quixote, de Miguel de Cervantes, destacando-se quatro livros comemorativos do centenário da II Conferência da Paz em Haia.
- Convênio Fundação Biblioteca Nacional e Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), visando o evento Natal com Leituras.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são, basicamente, reuniões periódicas com os responsáveis pelas ações, através do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e do Relatório de Gestão elaborado de acordo com os relatórios mensais e com o relatório anual, feitos pelos responsáveis dos departamentos.

O bom desempenho do Programa se deve à integração das entidades envolvidas isto é, às parcerias, à interação com outros órgãos e aos aportes financeiros das Ações Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura e Instalação e Modernização de Espaços Culturais Pontos de Cultura.

A greve dos servidores da cultura e a readequação do orçamento foram fatores desfavoráveis. Os recursos orçamentários executados foram suficientes e liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) contribuiu para a consecução dos objetivos das ações finalísticas, cobrindo despesas de deslocamentos de pessoal para reuniões relacionadas com as ações do Programa, corpos de jurados do Prêmio Fundação Biblioteca Nacional e despesas com o Conselho Interdisciplinar de Pesquisa (CIP), com estagiários e com o Conselho Especial de Normatização (responsável pela seleção dos títulos que

fizeram parte do *Kit* para Instalação e Modernização de Bibliotecas). Os entes executores têm prestado informações sempre que são solicitadas. A gerência mantém contato, sempre que necessário, com responsáveis pelas entidades executoras das ações.

A carência de recursos humanos no Programa se deve à falta de concursos públicos para nível médio, quadro funcional deficitário e número de vagas disponibilizadas, no concurso de nível superior, insuficiente para atender às demandas da instituição. O atendimento ao público pela FBN totalizou, em 2007, 16.848.700 pessoas atendidas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A FBN teve parcerias que possibilitaram, com êxito, a execução de projetos expressivos na área do livro e da leitura. A parceria com a FNLIJ na Feira Internacional do Livro Infante-Juvenil em Bolonha (Itália) e o evento Natal com Leituras na Biblioteca Nacional foram algumas das parcerias em ações expressivas do Programa. Outro parceiro de destaque foi a Fundação Miguel de Cervantes (FMC), com a qual a FBN realizou, através de convênios de cooperação técnica, a participação na 27ª Feira do Livro de Santiago (Chile), tendo o Brasil como homenageado. Ainda no bojo das parcerias foi concluído o projeto Documentário: Tesouros da Biblioteca Nacional, com apoio da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e foram firmadas parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), para a realização do Congresso Internacional Caminhos do Pensamento - Reinvenção da Democracia: Diversidade Cultural e Coesão Social e com a Academia Brasileira de Letras (ABL), na exposição sobre Machado de Assis, no Chile.

Os mecanismos que promovem a participação social no Programa se dão mediante realização de reuniões e seminários com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas. Destacam-se os Encontros Regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Há o assessoramento técnico às bibliotecas públicas, visitas técnicas aos Municípios através das parcerias estabelecidas com as coordenações estaduais, encontros e parcerias internacionais que resultam em cursos presenciais e à distância, como os oferecidos pelo *Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y Caribe* (CERLALC) e a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). O objetivo é a troca de experiências, possibilitando, assim, a renovação das práticas e do processo. As Câmaras Setoriais, criadas no âmbito do MinC, são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogos. A participação social, como a presença do público nos eventos, em pesquisas desenvolvidas e nos acessos ao portal, além da opinião pública sobre os serviços, foi fundamental para que fossem detectados os problemas e as deficiências existentes, traçando-se Políticas Públicas e tornando-se possível um melhor desenvolvimento do Programa. No portal da BN, franqueado ao usuário, há possibilidade de emitir críticas e sugestões sobre a instituição.

Ainda existe no País uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando-se, assim, principalmente a população de baixa renda, que além de

não ter acesso à aquisição de livros, esbarra na escassez das bibliotecas públicas, concentradas nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e quase nunca nas periferias ou nas áreas rurais. É necessário capacitar os profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura, e dar suporte às bibliotecas públicas mediante implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

Foi importante a atuação do MinC para garantir a existência de bibliotecas em todos os Municípios brasileiros. Hoje uma pequena parte dos Municípios não possui esse equipamento e, segundo informações do Ministério, provavelmente ao final de 2008 não haverá mais Municípios sem biblioteca pública no País.

Outro aspecto a se considerar é a debilidade dos indicadores na área cultural, fato que enfraquece a gestão do Programa, visto que a mensuração dos impactos das ações programadas não é precisa. Cabe estabelecer, para o próximo PPA, indicadores que sejam passíveis de apuração, paralelamente, o MinC priorize a realização de estudos para desenvolver indicadores que mostrem a evolução do acesso da população a produções científicas, acadêmicas e literárias no País.

MONUMENTA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

PÚBLICO-ALVO

População dos Municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 76.000.000,00	Empenho Liquidado:	R\$ 69.415.663,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 69.415.663,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADOR

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável - Porcentagem	-	20.60	47.33	58.50	100.00	58,50%

1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Mesmo alcançando bons resultados, o Programa enfrentou a situação de inadimplência dos Estados e Municípios, um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento das ações. Para minimizar este problema, foi feito um acompanhamento diário da situação cadastral dos convenentes, no Subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), e, constatados os casos de inadimplência, os órgãos responsáveis foram contatados para regularização de situação. É fundamental que se leve em consideração o fato de o Programa ter o seu horizonte temporal até então previsto para dezembro de 2007, causando uma desaceleração nas contratações por parte dos convenentes.

O índice apurado até 2007, de 58,5%, diz respeito ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo Programa. Este índice reflete

efetivamente a característica de sustentabilidade, uma vez que não houve necessidade de serviços de manutenção das edificações.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em quase todos os países sofreu, ou ainda sofre, de um mal crônico que pode ser resumido da seguinte forma: cidades inteiras, ou bairros de grandes cidades foram abandonados quando deixaram de despertar interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso perderam valor imobiliário. Paradoxalmente, foi esse desinteresse que garantiu que se tenham preservado até hoje suas características originais, já que sem ele haveria demolições para que estas características dessem lugar a edificações e vias mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando sua reocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação imobiliária, e com o desestímulo à inversão de recursos para recuperação e conservação. Esse quadro de degradação requer a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- 115 obras concluídas e 64 em execução.
- 183 contratos de financiamento de imóveis privados assinados e 350 em análise, contemplando 64 obras de imóveis concluídas e 119 em andamento.
- 17 cursos de capacitação concluídos e 195 profissionais capacitados, com a instalação de núcleos de treinamento em Ouro Preto (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Olinda (PE).
- Apoio ao Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) e desenvolvimento do Sistema de Informações de Patrimônio (SIP).
- Elaboradas normas de preservação para os sítios históricos de Sobral (CE), Laguna (SC), Petrópolis (RJ), Parati (RJ), Mariana (MG) e Pirenópolis (GO), com apoio financeiro a 15 Municípios com sítios históricos que elaboraram seus Planos Diretores Municipais.
- Lançado o livro O Conjunto do Carmo de Cachoeira, sobre a arquitetura barroca do século XVIII da Igreja e Convento da Ordem Primeira do Carmo e da Igreja e Casa de Oração da Ordem Terceira do Carmo, no Município de Cachoeira (BA).
- Seleção pública de 52 propostas para assistência técnica e financeira de Promoção de Atividades Econômicas, com 42 projetos concluídos em 2007.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O mecanismo de monitoramento da gerência do Programa, no desempenho físico das ações, ocorre mediante reuniões mensais de trabalho entre as coordenações da Unidade Central de Gerenciamento (UCG). Visitas *in loco* as Unidades Executoras do Programa (UEPs), existentes nas 26 cidades conveniadas, são responsáveis pelo acompanhamento físico da evolução das ações. As sub-regionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são responsáveis por atestar a qualidade dos serviços executados.

O Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFF) possui 60 usuários, sendo que mais da metade destes são responsáveis diretos pela alimentação do sistema - os demais basicamente o utilizam como fonte de informação. Este quadro contribui de forma consistente para uma maior integração das informações geradas pelas diversas áreas do Programa.

A execução física do Programa ficou dentro do previsto, considerando as três ações finalísticas, tem-se que na Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, não foram publicados três aditamentos aos 26 convênios no ano de 2007, Iço, Laranjeiras e Alcântara, o que representou cumprimento da meta física na ordem de 88%. Em relação às ações Educação Patrimonial na Área do Monumenta e Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano, o alcance das metas físicas, respectivamente, foram de 75% e 65%, devido à fragilidade das instituições contratadas para o desenvolvimento do componente Atividades Concorrentes, cuja execução deu-se através de Contratos de Financiamento de Atividades (CFAs), via Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Os recursos liberados ao longo do exercício foram compatíveis com a programação. A falta de pessoal técnico em quantidade adequada, tanto no IPHAN como na maioria das UEPs, dificultou a execução do Programa, assim como a inadimplência de alguns Municípios convenientes. Devido à mudança de gestão nos Estados e Municípios, as equipes locais foram substituídas, causando desarticulação nas atividades que estavam em andamento.

A necessidade de melhor definição dos serviços de prospecção arqueológica, em algumas cidades, tem causado atrasos no início das obras.

As obras de restauração se caracterizam por serviços minuciosos e altamente especializados, cujos pagamentos dependem do acompanhamento, da fiscalização e da aprovação de cada etapa das obras pelo IPHAN. Os CFAs, outra atividade fim, têm seus recursos enviados às entidades contratadas divididos em até três parcelas, sendo que as prestações de contas passam por diversas fases de aprovação, e a aprovação final se dá pela Unesco após 60 dias do recebimento. Somente após essa aprovação os valores poderão ser inseridos no SAFF do Programa como recurso executado, cabendo registrar que na metodologia do Programa é considerada uma ação executada quando sua prestação de contas estiver aprovada na UCG e enviada a solicitação de desembolso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa ampliou suas parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) e comunidades locais, notando-se o interesse das comunidades em aderir ao financiamento de imóveis privados.

A capacitação sistemática dos funcionários das UEPs responsáveis pela elaboração das prestações de contas, através de visitas dos técnicos da UCG e troca de informações via Internet, possibilita maior eficiência e eficácia nas atividades, tornando mais célere o processo de execução em cada um dos Municípios conveniados. Apesar da norma legal não exigir que os demonstrativos de prestações de contas venham acompanhados de documentos fiscais comprobatórios, essa sistemática é adotada pelo Programa, com o objetivo de atestar a pertinência dos serviços executados e dos bens e serviços adquiridos. A sistematização das informações no SAFF permite que o Programa atenda, sempre que há necessidade, a qualquer solicitação, independentemente do nível gerencial envolvido. Há uma unidade fiscalizadora de execução de serviços em cada cidade conveniada.

Em se tratando de Programa elaborado em 2000, e frente às dificuldades enfrentadas em todo o transcurso de sua implementação, os índices apurados demonstram uma notada evolução no período do PPA 2004-2007. O estreitamento das relações e do diálogo entre todo o sistema envolvido na execução é uma recomendação presente em quase todas as avaliações já realizadas deste Programa.

MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 30.033.447,00	Empenho Liquidado:	R\$ 28.830.656,00
	Pago Estadais:	-
	Total:	R\$ 28.830.656,00
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

INDICADORES

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União - Unidade	-	-	-	-	3.150.000,00	-
2. Taxa de Sustentabilidade de Museus da União - Porcentagem	-	-	-	-	35,00	-

1. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS/NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Não houve apuração dos índices destes indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. A implementação de ações visando à consolidação do Cadastro Nacional de Museus (CNM), que se encontra em andamento, facilitará o levantamento de dados que reflitam a realidade museológica brasileira.

2. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO

Valor do índice alcançado ao final do PPA em relação ao previsto

- *Análise e Justificativa:*

Não houve apuração de indicadores, devido à grande dificuldade de mensuração dos impactos e reflexos das políticas culturais na sociedade. Por outro lado, está na pauta do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN), para 2008, uma avaliação da concepção e do desenho do Programa, tendo como subsídio a construção do modelo lógico do Programa, o que proporcionará condições para estabelecer análise e proposta de ajustes e/ou alterações nos indicadores.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Num país com riqueza cultural como o Brasil, o papel dos museus e de instituições de memória é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira. Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotada de gestão participativa, a qual se mostre acolhedora para todos os cidadãos.

Deve ser uma instituição que investiga, incorpora, inventaria, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. No entanto, os museus brasileiros e as instituições de memória passam atualmente por uma fragilidade nunca antes vista, pois não têm recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. A política de museus, de amplitude nacional, é gerida pelo Governo Federal e tem como premissa a preservação da memória e a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do País, respeitando as diferenças regionais. Para tanto, o Programa Museu Memória e Cidadania deve abranger não só os museus vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), mas também ações desenvolvidas por outros Ministérios na área da museologia. Desta forma, é necessário que o Programa seja multissetorial, de forma a permitir maior integração e transparência entre as diversas ações do campo museológico espalhadas por diversos órgãos do Governo Federal, possibilitando explicitar a quantidade e de que forma os recursos estão sendo gastos nessa esfera de Governo, facilitando, inclusive, o seu gerenciamento. Para que isso seja possível, Ministérios que tenham museus em sua estrutura devem incluir as ações do campo museológico, constantes de seus próprios orçamentos, neste Programa - especificamente na Ação Funcionamento de Museus da União.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 1.400 eventos, para mais de 460 instituições, na 5ª Semana Nacional de Museus: Museus e Patrimônio Universal.
- 20 mil profissionais capacitados e formados em Museologia.

- Discussão de políticas museológicas de 22 países, no 1º Encontro Ibero-americano de Museus (Ibermuseus) realizado em Salvador (BA).
- Instituição do ano de 2008 como o Ano Ibero-americano de Museus, proposta aceita pelo Brasil no âmbito da Rede Ibero-americana de Museus e do Programa Ibermuseus.
- Jornada Museológica Paraguai-Brasil, em Assunção, com a realização de seis cursos de capacitação de profissionais dos museus paraguaios.
- Cadastro Nacional de Museus consolidado, com diagnóstico da realidade de mais de 2.500 museus no Brasil.
- Edital Modernização de Museus - apoio a 37 projetos, de diferentes instituições de todas as regiões do País.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Principais restrições e providências adotadas

O monitoramento do desempenho físico das ações se faz mediante o sistema corporativo interno do IPHAN, denominado Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação, no qual são informadas as metas físicas com detalhamento em nível de projeto/ação/programa.

O DEMU/IPHAN elabora seus próprios relatórios de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira. A comunicação entre os entes executores e a gerência do Programa é propiciada por ferramentas de gerenciamento como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o SIAFI Gerencial, e também pelo estabelecimento de um fluxo de informações tempestivas entre os técnicos e gerentes do DEMU e os dirigentes de cada unidade museológica.

Em que pese ao contingenciamento, em geral, o cumprimento das metas físicas foi considerado acima do previsto - com exceção da Ação Capacitação de Profissionais de Museus, cuja meta física programada para o ano de 2007 foi superestimada.

Os recursos financeiros foram liberados ao longo do exercício, em fluxo compatível com a programação. O orçamento foi distribuído com parcimônia entre as unidades museológicas do IPHAN e, também, entre as instituições não vinculadas ao Sistema MinC, permitindo a obtenção de um resultado acima do esperado, de maneira geral, conforme refletido na execução física e financeira das ações que compõem o Programa.

Os recursos materiais são precários não há mobiliário, impressoras e computadores são obsoletos e insuficientes para toda a equipe. As instalações físicas são insuficientes o que gera incompatibilidade do número de salas com o número de pessoas. É necessário um redimensionamento da força de trabalho, de forma a compatibilizar o excessivo volume de trabalho e o número de técnicos e gerentes da equipe.

No edital de Modernização de Museus, algumas entidades convenientes selecionadas não puderam receber recursos por estarem inadimplentes ou com irregularidades no Cadastro Único de Convênios (CAUC).

A greve dos servidores do MinC teve reflexos negativos no cronograma de execução das ações e repasse de recursos do Programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Programa desenvolve uma rede de parceiras por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor. O DEMU/IPHAN promove reuniões com grupos específicos da área para discutir as ações da Política Nacional de Museus (PNM), e também promove, em parceria com secretarias e fundações de cultura, a realização de fóruns de museus em todas as regiões do País, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes para as Políticas Públicas no campo museológico, em nível estadual e em nível nacional, o que fornece os subsídios para o acompanhamento da PNM e deste Programa. Além disso, conta com a colaboração de um Comitê Gestor do SBM, composto por entidades governamentais (federais, estaduais e municipais), da sociedade civil e da comunidade acadêmica.

A participação social foi fundamental para o delineamento das diretrizes e para a definição das ações que deveriam ser realizadas por meio da PNM e do Programa.

A crescente demanda da comunidade museológica pela realização de ações em parceria com o DEMU/IPHAN, além da intensa participação e do envolvimento da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo DEMU com recursos do Programa são indicadores de satisfação do beneficiário. No caso da formação e capacitação em Museologia, as oficinas são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos ou mesmo redefini-los.

O Programa é a base do financiamento do SBM, e trabalha com um modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional, desenhado da seguinte forma:

- a) instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor, compreendendo o Programa de Governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da PNM, como a criação do CNM;
- b) instrumentos de democratização: referem-se à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas para o setor museológico;

- c) instrumentos de fomento: dizem respeito aos mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

Esse modelo dá organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento.

A fonte de recursos originária não é suficiente para executar todas as ações previstas, diante da crescente demanda do setor museológico. Os museus sempre sofreram com a precariedade de destinação de verbas públicas, havendo necessidade de se angariar ainda mais recursos para o financiamento da PNM. Nesse sentido, sugere-se a criação de um fundo específico, o Fundo Nacional de Desenvolvimento dos Museus (FNDM), com o objetivo de apoiar projetos na área museológica que visem a qualificação da infra-estrutura e das atividades finalísticas dos museus, a formação e valorização dos profissionais e a melhoria da gestão.



ANEXO I

Programa 0167 Brasil Patrimônio Cultural

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (unidade)	-	-	-	6,00	9,00	12,00	3,00	Fiscal/Seguridade	219.626.396
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %)	-	-	-	-	-	68,40	-	Despesas Correntes	152.681.483
								Despesas de Capital	66.944.913
								Total	219.626.396

** Indicador criado após 2005.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
11D2	Ampliação e Modernização de Laboratórios de Conservação e Restauração de Bens Culturais	MinC	Laboratório implantado/modernizado (unidade)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ 952.810	Previsto	-	253.010	349.900	314.910
							Realizado	-	225.455	224.171	257.064
							Meta	26	10	8	8
							Realizado	-	12	12	15
7947	Ampliação e Modernização de Laboratórios de Preservação da Fundação Casa de Rui Barbosa	MinC	Laboratório modernizado (unidade)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ 2.500.000	Previsto	727.565	170.565	80.000	80.000
							Realizado	684.692	134.981	50.779	79.000
							Meta	14	3	4	2
							Realizado	4	1	2	2
109P	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CULTURA E MEIO AMBIENTE ANTONIO CARLOS JOBIM	MMA	Centro cultural implantado (unidade)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ 3.150.000	Previsto	300.000	1.500.000	1.250.000	100.000
							Realizado	289.416	450.000	897.895	100.000
							Meta	4	1	1	1
							Realizado	1	0	0	0

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
12DY	Implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido	MI	Centro implantado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ 6.121.915	Previsto	927.677	3.144.238	2.000.000	50.000
							Realizado	0	904.788	497.745	0
							Meta	166	100	65	1
							Realizado	-	0	0	0
1648	Reabilitação de Sítios Históricos Protegidos	MinC	Sítio histórico reabilitado (unidade)	01/2003 12/2004	Nacional	R\$ 2.289.754	Previsto	3.116.295	-	-	-
							Realizado	2.289.754	-	-	-
							Meta	6	-	-	-
							Realizado	4	-	-	-
1E09	Reforma da Casa de Pacheco Leão - Rio de Janeiro - RJ	MMA	Obra executada (% de execução física)	01/2005 12/2006	Sudeste	R\$ 800.000	Previsto	-	400.000	400.000	-
							Realizado	-	198.511	0	-
							Meta	101	100	1	-
							Realizado	-	0	0	-
7722	Reforma do Complexo Museu Botânico e Biblioteca do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	MMA	Predio reformado (% de execução física)	01/2004 12/2004	Sudeste	R\$ 60.000	Previsto	60.000	-	-	-
							Realizado	59.968	-	-	-
							Meta	100	-	-	-
							Realizado	4	-	-	-
7720	Reforma do Prédio do Museu-Sítio Casa dos Pilões	MMA	Predio reformado (% de execução física)	01/2004 12/2005	Sudeste	R\$ 200.000	Previsto	35.000	50.000	-	-
							Realizado	34.006	50.000	-	-
							Meta	100	30	-	-
							Realizado	90	0	-	-

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4604	Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material	MinC	<i>Bem protegido (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	168.000	106.200	517.222	424.472
						Realizado	121.025	98.901	434.594	380.262
					Meta	Previsto	40*	26*	100 *	27
						Realizado	30	3	140	22
4630	Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural	MinC	<i>Bem adquirido (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	16.000	130.000	190.704	355.735
						Realizado	4.225	105.889	125.639	331.957
					Meta	Previsto	61	825	1.248	2.626
						Realizado	53	1.861	2.169	4.179
2840	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural	MinC	<i>Profissional capacitado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	652.300	730.400	1.125.247	1.018.468
						Realizado	142.300	175.261	721.998	997.690
					Meta	Previsto	620	760	380	260
						Realizado	12	115	659	281
				Sudeste	R\$	Previsto	18.500	0	153.000	153.000
						Realizado	9.960	0	107.223	122.781
					Meta	Previsto	100	0	9	9
						Realizado	56	0	11	31
6886	Difusão de Acervos Culturais	MinC	<i>Acervo difundido (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	200.000	-	-
						Realizado	-	200.000	-	-
					Meta	Previsto	-	534	-	-
						Realizado	-	547	-	-

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2826	Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais	MinC	Pessoa conscientizada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	195.847	195.847	152.276	317.049
						Realizado	136.478	190.001	107.310	272.873
					Meta	Previsto	150.000	200.000	200.000	418.917
						Realizado	104.710	200.000	200.000	219.700
2652	Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais	MinC	Bem fiscalizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.235.833	1.112.250	1.365.856	1.412.250
						Realizado	1.196.603	1.106.277	1.344.444	1.403.122
					Meta	Previsto	2.669	4.200	7.000	2.510
						Realizado	2.669	4.878	9.085	2.465
4793	Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Centro-Oeste	R\$	Previsto	80.000	100.000	150.000	-
						Realizado	0	100.000	0	-
					Meta	Previsto	1	1	1	-
						Realizado	0	0	0	-
				Nacional	R\$	Previsto	10.924.748	7.848.135	16.345.314	8.569.398
						Realizado	2.826.336	7.790.310	10.522.191	8.724.267
					Meta	Previsto	122	110	341	204
						Realizado	50	94	256	184
				Nordeste	R\$	Previsto	3.338.612	130.000	280.000	650.000
						Realizado	300.030	0	200.000	500.000
					Meta	Previsto	4	2	3	1
						Realizado	2	0	1	1

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico					
						2004	2005	2006	2007		
4793	Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Norte	R\$	Previsto	-	80.000	0	50.000	
						Realizado	-	80.000	-	50.000	
					Meta	Previsto	-	1	0	1	
						Realizado	-	1	-	1	
					R\$	Previsto	310.000	1.570.000	250.000	800.000	
						Realizado	270.000	888.577	34.659	169.727	
				Meta	Previsto	3	7	3	4		
					Realizado	2	1	1	1		
				Sudeste	R\$	Previsto	310.000	1.570.000	250.000	800.000	
						Realizado	270.000	888.577	34.659	169.727	
					Meta	Previsto	3	7	3	4	
						Realizado	2	1	1	1	
R\$	Previsto	200.000	160.000		160.000	-					
	Realizado	200.000	134.590		160.000	-					
Meta	Previsto	2	2	2	-						
	Realizado	2	0	2	-						
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	843.779	1.080.000	1.101.079	1.118.749	
						Realizado	846.006	1.064.323	1.019.563	1.105.532	
					Meta	Previsto	-	-	-	-	
						Realizado	-	-	-	-	
					Sudeste	R\$	Previsto	39.810	35.802	62.060	62.060
							Realizado	0	19.165	32.112	60.875
				Meta		Previsto	-	-	-	-	
						Realizado	-	-	-	-	

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
6630	Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material	MinC	<i>Bem inventariado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	644.293	1.412.860	1.416.833
						Realizado	-	637.013	1.125.029	1.285.022
					Meta	Previsto	-	2.880	8.000	5.168
						Realizado	-	2.880	4.157	6.380
4618	Identificação e Inventário para o Referenciamento de Bens do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial	MinC	<i>Bem inventariado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	748.000	1.625.208	1.512.371
						Realizado	-	702.490	1.214.008	1.459.379
					Meta	Previsto	-	138	200	10
						Realizado	-	102	217	23
4891	Pesquisa de Depósitos Fossilíferos	MME	<i>Depósito pesquisado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	100.000	109.760	-	-
						Realizado	48.635	15.109	-	-
					Meta	Previsto	1	1	-	-
						Realizado	0	1	-	-
6446	Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural	MinC	<i>Pesquisa realizada (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	270.000	310.000	222.109	369.882
						Realizado	203.377	280.708	193.647	355.881
					Meta	Previsto	5	11	15	18
						Realizado	4	10	11	22
				Sudeste	R\$	Previsto	-	32.000	44.000	20.000
						Realizado	-	2.860	3.603	6.128
					Meta	Previsto	-	2	2	2
						Realizado	-	1	1	2

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico					
						2004	2005	2006	2007		
2630	Preservação de Acervos Culturais	MinC	<i>Bem preservado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	2.332.800	1.221.000	1.712.840	1.333.840	
						Realizado	2.173.622	771.288	1.142.415	1.263.580	
					Meta	Previsto	167.787	152.936	233.203	229.196	
					Realizado	163.237	163.420	247.677	334.194		
					Sudeste	R\$	Previsto	84.500	329.000	226.308	230.808
							Realizado	57.565	291.878	176.264	221.880
				Meta	Previsto	2.704	6	4	2		
					Realizado	2	6	2	3		
			MMA		Sudeste	R\$	Previsto	20.000	84.501	-	-
							Realizado	0	84.502	-	-
				Meta	Previsto	2.700	928	-	-		
					Realizado	0	120	-	-		
		MD		Nacional	R\$	Previsto	1.095.700	1.972.340	1.752.549	1.862.000	
						Realizado	1.095.688	1.972.343	1.752.508	1.861.041	
				Meta	Previsto	12	12	12	86		
					Realizado	12	11	12	92		
6647	Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural	MinC	<i>Bem preservado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	380.000	972.014	1.145.425	
						Realizado	-	354.076	805.955	1.052.160	
					Meta	Previsto	-	7	20	21	
						Realizado	-	24	25	19	



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico									
						2004	2005	2006	2007						
4013	Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos	MEC	Acervo preservado (unidade)	Nordeste	R\$	Previsto	433.972	656.190	601.600	831.325					
						Realizado	291.986	500.188	280.235	689.228					
					Meta	Previsto	2.370	105.000	105	117					
						Realizado	113.524	114.879	116.766	118.390					
					2636	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	MinC	Bem preservado (unidade)	Centro-Oeste	R\$	Previsto	3.998.543	1.070.000	2.000.000	2.950.000
											Realizado	3.256.341	470.000	547.710	0
										Meta	Previsto	10	5	9	12
											Realizado	7	0	3	0
Nacional	R\$	Previsto	15.761.881	13.252.386						11.906.640	13.784.222				
		Realizado	12.176.767	8.719.241						9.911.059	13.709.160				
	Meta	Previsto	260	273						200	123				
		Realizado	216	76						242	150				
Nordeste	R\$	Previsto	2.020.000	2.338.000					1.275.000	1.720.000					
		Realizado	932.328	825.223					700.000	375.820					
	Meta	Previsto	12	13					8	11					
		Realizado	1	0					2	2					
Norte	R\$	Previsto	1.765.341	7.106.000					-	-					
		Realizado	0	49.500					-	-					
	Meta	Previsto	13	5					-	-					
		Realizado	0	0					-	-					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2636	Preservação de Bens Culturais de Natureza Material	MinC	<i>Bem preservado (unidade)</i>	Sudeste	R\$	Previsto	1.230.000	870.000	2.000.000	1.710.000
						Realizado	300.000	484.568	1.140.000	477.356
					Meta	Previsto	16	11	18	7
						Realizado	3	0	6	3
				Sul	R\$	Previsto	920.000	530.000	250.000	-
						Realizado	120.000	530.000	250.000	-
					Meta	Previsto	9	7	2	-
						Realizado	1	1	2	-
2521	Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural	MD	<i>Bem preservado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	745.650	482.021	470.000	498.000
						Realizado	745.650	482.021	469.999	497.998
					Meta	Previsto	10	13	4	13
						Realizado	10	12	4	14
2225	Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República	MinC	<i>Acervo preservado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	200.000	100.000	69.841	270.000
						Realizado	194.237	0	0	139.646
					Meta	Previsto	12	2	2	6
						Realizado	12	0	0	3
4602	Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural	MinC	<i>Exemplar distribuído (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	366.900	336.900	499.232	611.309
						Realizado	329.759	334.272	302.248	611.303
					Meta	Previsto	13.500	9.548	45.000	52.000
						Realizado	13.500	25.535	31.307	49.540



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4110	Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural	MinC	<i>Evento realizado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	701.414	1.176.385	800.600
						Realizado	-	651.814	978.971	777.184
					Meta	Previsto	-	19	29	26
						Realizado	-	19	32	35
				Sudeste	R\$	Previsto	-	60.000	28.000	98.000
						Realizado	-	22.966	9.943	56.674
					Meta	Previsto	-	4	20	20
						Realizado	-	6	26	29
6628	Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	MinC	<i>Bem registrado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	397.000	671.491	842.878
						Realizado	-	361.932	592.623	786.369
					Meta	Previsto	-	5	10	6
						Realizado	-	5	7	3
4608	Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior	MinC	<i>Documento resgatado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	500.000	475.600	750.000	500.000
						Realizado	472.160	394.095	729.677	363.122
					Meta	Previsto	100	104	163	10
						Realizado	121	87	163	12
6610	Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial	MinC	<i>Bem acautelado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	200.000	673.354	682.618
						Realizado	-	173.171	542.345	681.507
					Meta	Previsto	-	4	10	4
						Realizado	-	4	8	9

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
0664	Apoio à Proteção do Patrimônio Histórico Nacional Contra Desastres	MI	Município apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	95.000	100.000	50.000	5.000
						Realizado	0	0	0	0
						Meta	1	1	1	1
						Realizado	0	0	0	0



Programa 0169 Brasil, Som e Imagem

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)	27/5/2003	18,00	-	12,05	11,00	-	35,00	Fiscal/Seguridade	280.519.174
Taxa de participação da União na produção de obras cinematográficas e videofonográficas (percentagem)	31/12/2003	93,00	-	-	70,00	-	-	Despesas Correntes	239.670.944
Relação público x número de cópias lançadas de filme nacional (unidade)	-	-	-	5.548,00	3.962,00	-	-	Despesas de Capital	40.848.230
Taxa de distribuição do filme brasileiro para exibição no mercado nacional (percentagem)	-	-	-	-	2,00	-	-	Total	280.519.174

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
7258	Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE	MinC	Escritorio regional instalado (unidade)	01/2004 12/2008	Nacional	R\$ 1.593.427	Previsto	-	125.000	210.000	-
							Realizado	-	0	0	-
							Meta	12	1	3	-
							Realizado	-	0	0	-
5108	Modernização da Cinemateca Brasileira	MinC	Espaço cultural modernizado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ 2.280.000	Previsto	1.200.000	550.000	280.000	250.000
							Realizado	1.199.435	540.389	277.760	249.981
							Meta	52	13	5	5
							Realizado	29	8	5	100

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
5106	Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	MinC	Espaço cultural modernizado (% de execução física)	01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ 2.500.000	Previsto	1.700.000	250.000	250.000	300.000
							Realizado	1.483.147	124.098	250.000	299.384
							Meta	49			
							Previsto	33	5	5	6
						Realizado	28	1	5	1	

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização			Financeiro/Físico			
							2004	2005	2006	2007
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	MinC	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	53.400	51.668	40.160
						Realizado	-	6.952	9.597	14.886
						Meta	-	50	52	52
						Realizado	-	11	90	15
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	MinC	Servidor beneficiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	381.888	237.073	419.249
						Realizado	-	139.462	203.898	315.401
						Meta	-	221	165	260
						Realizado	-	99	896	185
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	MinC	Servidor beneficiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	60.600	165.542	140.030
						Realizado	-	27.453	60.303	91.438
						Meta	-	50	70	70
						Realizado	-	41	411	75

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2964	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual	MinC	Profissional capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	600.000	600.000	600.000	600.000
						Realizado	100.000	140.608	365.000	582.255
						Meta	120	125	125	130
						Realizado	15	1.500	5	49
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	MinC	Servidor capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	429.500	500.000	416.500
						Realizado	-	205.259	455.728	365.162
						Meta	-	200	250	163
						Realizado	-	99	483	744
4908	Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores	MinC	Projeto premiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	4.192.000	10.321.144	8.380.065
						Realizado	-	4.162.000	7.500.000	8.380.065
						Meta	-	20*	33	24
						Realizado	-	23	45	64
4531	Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica	MinC	Fiscalização realizada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	411.834	706.000	540.000
						Realizado	-	411.831	180.102	(1)
						Meta	-	3.400	10.400	10.400
						Realizado	-	3.662	15.463	21.351
4533	Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Videofonográficas no País e no Exterior	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	258.422	1.314.140	1.095.152
						Realizado	-	227.463	1.019.022	448.218
						Meta	-	7	19	12
						Realizado	-	7	43	49

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4795	Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	16.988.000	21.973.379	23.575.620	61.492.168
						Realizado	15.246.281	21.707.602	19.464.799	21.465.776
					Meta	Previsto	350	304	348	290
						Realizado	167	139	136	90
				Sudeste	R\$	Previsto	30.000	-	-	-
						Realizado	0	-	-	-
					Meta	Previsto	3	-	-	-
						Realizado	0	-	-	-
8481	Funcionamento da Cinemateca Brasileira	MinC	Público atendido (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	-	1.684.648	2.215.011	2.439.651
						Realizado	-	1.634.479	2.209.828	2.439.514
					Meta	Previsto	-	27.000	30.900	30.900
						Realizado	-	34.320	36.387	37.577
8483	Funcionamento do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV	MinC	Público atendido (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	-	767.000	805.351	805.351
						Realizado	-	366.538	715.420	691.255
					Meta	Previsto	-	1.000	1.050	1.050
						Realizado	-	2.993	605	607
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	(-)	Nacional	R\$	Previsto	787.495	21.164.607	24.517.294	15.146.527
						Realizado	661.519	19.979.591	23.496.924	30.176.586
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4709	Preservação de Acervos Audiovisuais	MinC	Bem preservado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	500.000	500.000	500.000	500.000
						Realizado	302.160	485.000	439.920	499.976
						Meta	50	52	56	55
						Realizado	50	57	56	151
6527	Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais	MinC	Evento realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.200.000	2.200.000	1.200.000	1.303.837
						Realizado	1.114.634	1.339.824	1.096.398	1.301.843
						Meta	120	142	114	3
						Realizado	110	19	96	19

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	-	584.877	501.736	1.618.938
						Realizado	-	0	497.740	1.573.278
						Meta	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	MinC	Pessoa beneficiada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	441.000	434.232	434.232
						Realizado	-	441.001	423.239	434.169
						Meta	-	1.050	683	683
						Realizado	-	194	2.195	231

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2006	2007

Programa 0172 **Cultura Afro-Brasileira**

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo *Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro*

Público-alvo *Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as*

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Este Programa não possui Indicadores.	-	-	-	-	-	-	-	Fiscal/Seguridade	61.403.647
								Despesas Correntes	45.956.690
								Despesas de Capital	15.446.957
								Total	61.403.647

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
11CP	Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra	MinC	Centro implantado (-)	01/2000 12/2015	Centro-Oeste	R\$ 20.000.000	Previsto	-	30.000	-	-
							Realizado	-	0	-	-
							Meta	100	-	-	-
							Realizado	-	-	-	-
11L4	Implantação da Rede Palmares de Comunicação	MinC	Produção difundida (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ 4.701.166	Previsto	-	866.278	-	-
							Realizado	-	798.536	-	-
							Meta	97	-	14	-
							Realizado	-	34	-	-
10EN	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DO CENTRO NACIONAL DE CIDADANIA NEGRA	MinC	Centro cultural implantado (unidade)	01/2004 12/2005	Nacional	R\$ 80.000.000	Previsto	8.000.000	5.940.000	-	-
							Realizado	0	0	-	-
							Meta	12	-	20	-
							Realizado	0	0	-	-

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
1B29	Núcleo de Informação da Cultura Afro-Brasileira	MinC	Público atendido (unidade)	01/2006 12/2007	Nacional	R\$ 300.000	Previsto	-	-	150.000	137.000
							Realizado	-	-	42.771	81.453
							Meta	-	-	4.000	4.000
							Realizado	-	-	2.693	10.661

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização			Financeiro/Físico			
							2004	2005	2006	2007
2A96	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	MinC	Comunidade assistida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	120.000	69.967
						Realizado	-	-	61.707	67.339
						Meta	-	-	119	17
						Realizado	-	-	104	261
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	MinC	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	11.400	11.400	2.400	10.260
						Realizado	5.184	3.163	2.343	1.258
						Meta	10	10	10	9
						Realizado	5	42	4	0
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	MinC	Servidor beneficiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	49.419	48.516	57.993	66.092
						Realizado	49.392	48.157	48.386	60.278
						Meta	37	37	25	34
						Realizado	27	298	19	0



Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico									
						2004	2005	2006	2007						
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	MinC	Servidor beneficiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	39.637	33.300	42.964	51.072					
						Realizado	17.310	20.456	33.726	32.455					
					Meta	Previsto	30	30	30	32					
						Realizado	23	252	20	0					
					8047	Capacitação de Recursos Humanos em Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro.	MinC	Pessoa capacitada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	150.000	-	-
											Realizado	-	149.632	-	-
Meta	Previsto	-	250	-						-					
	Realizado	-	250	-						-					
Nordeste	R\$	Previsto	-	250.000					-	-					
		Realizado	-	250.000					-	-					
	Meta	Previsto	-	420					-	-					
		Realizado	-	420					-	-					
Sudeste	R\$	Previsto	-	150.000					-	-					
		Realizado	-	150.000					-	-					
	Meta	Previsto	-	250					-	-					
		Realizado	-	250					-	-					
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	MinC	Servidor capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	25.000	25.000	25.000	25.000					
						Realizado	11.147	21.627	19.234	22.969					
					Meta	Previsto	56	56	38	19					
						Realizado	39	7	20	10					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico									
						2004	2005	2006	2007						
6621	Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	MinC	Comunidade atendida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	763.428	1.387.574	10.649.294					
						Realizado	-	759.147	864.014	10.649.294					
					Meta	Previsto	-	10	22	416					
						Realizado	-	103	36	378					
					8053	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Centro-Oeste	R\$	Previsto	-	400.000	490.000	-
											Realizado	-	400.000	290.000	-
Meta	Previsto	-	3	6						-					
	Realizado	-	3	3						-					
R\$	Previsto	-	430.685	1.668.887						1.278.911					
	Realizado	-	426.594	1.605.707						1.211.124					
Meta	Previsto	-	10	31					53						
	Realizado	-	10	46					26						
Nordeste	R\$	Previsto	-	960.000					510.000	600.000					
		Realizado	-	960.000					310.000	400.000					
	Meta	Previsto	-	9					4	3					
		Realizado	-	8					3	2					
	R\$	Previsto	-	210.000	-	-									
		Realizado	-	50.000	-	-									
Meta	Previsto	-	5	-	-										
	Realizado	-	1	-	-										



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico										
					2004	2005	2006	2007							
8053	Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	-	-	915.000	500.000					
						Realizado	-	-	310.000	265.000					
					Meta	Previsto	-	-	8	8					
						Realizado	-	-	6	3					
				Sul	R\$	Previsto	-	100.000	430.000	200.000					
						Realizado	-	100.000	230.000	200.000					
					Meta	Previsto	-	1	8	3					
						Realizado	-	1	2	1					
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	3.387.730	3.493.535	3.807.741	2.960.147					
						Realizado	3.169.730	3.339.603	3.603.031	4.857.705					
					Meta	Previsto	-	-	-	-					
						Realizado	-	-	-	-					
					8069	Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	MinC	Estudo/pesquisa apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	397.428	397.428	397.428
											Realizado	-	372.772	361.745	146.200
Meta	Previsto	-	3	3						2					
	Realizado	-	4	11						6					
8205	Preservação de Bens Culturais Materiais e Imateriais do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Afro-Brasileiro.	MinC	Bem preservado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	1.016.000	-	-					
						Realizado	-	877.299	-	-					
					Meta	Previsto	-	8	-	-					
						Realizado	-	10	-	-					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
6531	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros	MinC	Intercâmbio realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	305.000	590.000	900.000	900.000
						Realizado	249.699	589.255	853.421	763.059
						Meta	6*	12*	18 *	4
						Realizado	20	41	18	9
2A86	Proteção aos Bens Culturais das Comunidades Negras Tradicionais	MinC	Bem preservado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	1.416.000	898.033
						Realizado	-	-	1.179.451	887.408
						Meta	-	-	186 *	70
						Realizado	-	-	145	235
2A88	Rede Palmares de Comunicação	MinC	Produção difundida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	866.278	659.651
						Realizado	-	-	785.555	532.955
						Meta	-	-	13	9
						Realizado	-	-	22	45.000

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
0974	Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	MEC	Professor capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	300.000	-	-	-
						Realizado	237.098	-	-	-
						Meta	375	-	-	-
						Realizado	495	-	-	-

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	MinC	-	Nacional	R\$	Previsto	-	105.873	134.696	206.427
						Realizado	-	0	83.132	144.833
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-

AÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	MinC	Pessoa beneficiada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	87.552	76.440	95.303	123.480
						Realizado	41.125	69.276	70.208	100.344
					Meta	Previsto	228	182	203	245
						Realizado	88	376	85	0

Programa 1141 Cultura, Educação e Cidadania **Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)**

Objetivo Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural

Público-alvo Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (percentagem)	-	-	-	-	-	0,30	-	Fiscal/Seguridade	292.307.285
								Despesas Correntes	190.646.863
								Despesas de Capital	101.660.422
								Total	292.307.285

** Indicador criado após 2005.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico						
								2004	2005	2006	2007			
5104	Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	MinC	Espaço cultural apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Centro-Oeste	R\$ 493.543.455	Previsto	-	-	650.000	-			
							Realizado	-	-	430.000	-			
							Meta	3,937	Previsto	-*	*	6	-	
							Realizado	-	-	2	-			
							01/2004 12/2007	Exterior	R\$ 493.543.455	Previsto	-	-	-	552.000
										Realizado	-	-	-	0
				Meta	3,937	Previsto				-	-	-	-	
				Realizado	-	-				-	-			
				01/2004 12/2007	Nacional	R\$ 493.543.455				Previsto	1.391.168	64.320.000	43.764.164	150.043.301
										Realizado	1.075.403	51.128.264	42.788.060	121.106.137
							Meta	3,937	Previsto	25*	1.072*	442	2.339	
							Realizado	45	442	642	742			

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico						
								2004	2005	2006	2007			
5104	Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura	MinC	Espaço cultural apoiado (unidade)	01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ 493.543.455	Previsto	-	90.000	300.000	600.000			
							Realizado	-	90.000	299.771	100.000			
							Meta	3.937	Previsto	-*	2*	4	6	
							Realizado	-	0	4	0			
							01/2004 12/2007	Norte	R\$ 493.543.455	Previsto	-	-	300.000	-
										Realizado	-	-	300.000	-
		Meta	3.937	Previsto	-*	‡				1	-			
		Realizado	-	-	1	-								
		01/2004 12/2007	Sudeste	R\$ 493.543.455	Previsto	800.000				980.000	950.000	700.000		
					Realizado	800.000				450.000	522.240	0		
					Meta	3.937	Previsto	†	10*	16	5			
					Realizado	1	0	5	0					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2948	Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura	MinC	Pessoa apoiada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.500.000	1.355.311	4.453.480	5.090.000
					Realizado	1.230.776	1.158.605	977.117	3.994.817	
					Meta	Previsto	1.500*	1.435*	36.000	3.500
					Realizado	188.586	6.310	6.870	2.725	

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2A75	Escola Aberta à Cultura- Escola Viva	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	100.000	1.000.000
						Realizado	-	-	0	1.000.000
					Meta	Previsto	-	-	4	50
						Realizado	-	-	0	120
2936	Fomento a Projetos de Difusão Cultural para População de Baixa Renda	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	8.969.837	-	-	-
						Realizado	617.109	-	-	-
					Meta	Previsto	89	-	-	-
						Realizado	63	-	-	-
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	738.024	1.100.000	460.000	600.000
						Realizado	184.819	995.516	304.225	349.137
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
2938	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda	MinC	Evento realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.500.000	-	-	-
						Realizado	165.626	-	-	-
					Meta	Previsto	127	-	-	-
						Realizado	13	-	-	-

Programa 1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC**Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)****Objetivo** Fortalecer as cadeias produtivas da cultura (audiovisual, música, artes cênicas, festas populares, artes visuais, design etc.), promovendo seu desenvolvimento econômico**Público-alvo** Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (percentagem)	-	-	-	-	-	-	-	Fiscal/Seguridade	14.700.000
								Despesas Correntes	10.700.000
								Despesas de Capital	4.000.000
								Total	14.700.000

** Indicador criado após 2005.

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL**Atividades**

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2D07	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais	Op Of Crédito	Financiamento gerenciado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	100.000
						Realizado	-	-	-	0
					Meta	Previsto	-	-	-	10
						Realizado	-	-	-	0
2C80	Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura	MinC	Pessoa capacitada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	1.500.000
						Realizado	-	-	-	1.455.000
					Meta	Previsto	-	-	-	900
						Realizado	-	-	-	300
6620	Estudos para Fortalecimento das Economias da Cultura	MinC	Estudo/ pesquisa realizada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	1.500.000
						Realizado	-	-	-	1.400.000
					Meta	Previsto	-	-	-	5
						Realizado	-	-	-	28

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização			Financeiro/Físico				
							2004	2005	2006	2007	
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional		R\$	Previsto	-	-	-	600.000
							Realizado	-	-	-	0
							Meta	-	-	-	-
							Realizado	-	-	-	-
2C84	Promoção de Negócios de Economia da Cultura	MinC	Empreendimento apoiado (unidade)	Nacional		R\$	Previsto	-	-	-	7.000.000
							Realizado	-	-	-	6.656.873
							Meta	-	-	-	368
							Realizado	-	-	-	72

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização			Financeiro/Físico				
							2004	2005	2006	2007	
0B85	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313 de 1991)	Op Of Crédito	Empreendimento financiado (unidade)	Nacional		R\$	Previsto	-	-	-	4.000.000
							Realizado	-	-	-	0
							Meta	-	-	-	10
							Realizado	-	-	-	0

Programa **1142 Engenho das Artes**Órgão Responsável **42000 Ministério da Cultura (MinC)**Objetivo *Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais*Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
<i>Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (percentagem)</i>	-	-	-	-	1.473,00	2.885,00	-	Fiscal/Seguridade	572.575.960
<i>Número de Espetáculos Apoiados por Região (percentagem)</i>	-	-	-	-	185,00	60,00	-	Despesas Correntes	324.751.868
								Despesas de Capital	247.824.092
								Total	572.575.960

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL**Projetos**

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico				
								2004	2005	2006	2007	
1611	Instalação de Espaços Culturais	MinC	<i>Espaço cultural implantado/modernizado (unidade)</i>	01/2004 12/2009	Centro-Oeste	R\$ 313.500.000	Previsto	13.757.543	17.689.400	6.690.000	3.950.000	
							Realizado	1.485.000	1.385.000	3.525.728	1.300.000	
							Meta	156				
							Previsto		23	23	26	11
							Realizado		7	3	11	5
		01/2004 12/2009	Nacional	R\$ 313.500.000	Previsto	603.000	0	2.570.000	42.450.000			
					Realizado	422.108	0	2.429.626	437.161			
					Meta	156						
					Previsto		12	0	5	6		
					Realizado		5	0	3	6		
01/2004 12/2009	Nordeste	R\$ 313.500.000	Previsto	3.448.000	6.254.000	19.780.000	11.440.000					
			Realizado	2.630.000	842.700	14.474.603	990.554					
			Meta	156								
			Previsto		29	47	27	2				
			Realizado		12	4	17	4				

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico				
								2004	2005	2006	2007	
1611	Instalação de Espaços Culturais	MinC	Espaço cultural implantado/ modernizado (unidade)	01/2004 12/2009	Norte	R\$ 313.500.000	Previsto	8.023.518	2.690.000	5.730.000	12.470.000	
							Realizado	1.478.931	2.003.338	4.142.098	2.436.486	
							Meta	156				
								Previsto	12	15	21	28
								Realizado	4	8	10	8
					Sudeste	R\$ 313.500.000	Previsto	5.428.700	2.130.000	5.580.000	5.380.000	
							Realizado	1.635.720	826.467	2.003.920	814.225	
							Meta	156				
								Previsto	42	23	45	13
			Realizado	9	10	14	5					
Sul	R\$ 313.500.000	Previsto	6.072.740	7.652.400	7.100.000	14.930.000						
		Realizado	2.057.684	2.616.894	5.130.075	9.873.014						
		Meta	156									
			Previsto	80	57	66	37					
			Realizado	18	13	40	24					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico							
						2004	2005	2006	2007				
2844	Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura	MinC	Profissional capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	140.000	200.000	400.000	450.000			
						Realizado	139.577	199.999	257.980	449.223			
						Meta							
									Previsto	55	200	600	1.250
									Realizado	701	884	1.133	783



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4610	Concessão de Prêmios de Arte e Cultura	MinC	Prêmio concedido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	282.000	-	-	-
						Realizado	183.563	-	-	-
					Meta	Previsto	3	-	-	-
						Realizado	1	-	-	-
6876	Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura	MinC	Estudo/ pesquisa realizada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	334.000	500.000	500.000
						Realizado	-	324.126	499.999	499.999
					Meta	Previsto	-	5	20	16
						Realizado	-	10	18	17
4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Centro-Oeste	R\$	Previsto	1.060.000	3.480.000	3.460.000	3.360.000
						Realizado	512.923	2.094.397	2.268.899	1.829.046
					Meta	Previsto	26	39	44	21
						Realizado	7	16	26	17
				Nacional	R\$	Previsto	34.460.204	48.029.089	66.652.053	58.700.605
						Realizado	25.096.045	42.882.737	48.779.389	34.832.800
					Meta	Previsto	641	244	460	349
						Realizado	514	88	530	288
				Nordeste	R\$	Previsto	1.650.000	2.645.000	1.879.261	2.450.000
						Realizado	886.869	1.080.904	1.023.262	481.153
					Meta	Previsto	40	23	30	10
						Realizado	8	0	16	4

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico									
						2004	2005	2006	2007						
4796	Fomento a Projetos em Arte e Cultura	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Norte	R\$	Previsto	1.650.000	1.090.000	2.930.000	2.750.000					
						Realizado	859.995	580.594	1.943.378	1.905.408					
					Meta	Previsto	38	20	78	47					
						Realizado	11	1	11	6					
					Sudeste	R\$	Previsto	24.382.261	14.071.200	12.160.000	18.810.000				
							Realizado	12.063.589	9.522.705	9.068.124	13.002.968				
				Meta		Previsto	135	72	120	48					
						Realizado	11	4	52	35					
				Sul		R\$	Previsto	1.037.000	1.400.000	1.330.000	1.995.000				
							Realizado	535.566	864.665	956.662	1.324.468				
					Meta	Previsto	23	56	36	22					
						Realizado	4	2	19	13					
2850	Fomento a Projetos na Área do Direito Autoral	MinC	Projeto apoiado (unidade)		Nacional	R\$	Previsto	133.851	127.319	-	-				
							Realizado	0	11.100	-	-				
				Meta		Previsto	3	3	-	-					
						Realizado	0	0	-	-					
				4492		Funcionamento de Espaços Culturais da União	MinC	Público atendido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	3.804.455	4.867.710	6.674.277	7.389.000
											Realizado	3.601.403	4.465.362	6.321.255	6.666.018
Meta	Previsto	1.231.105	275.000		250.548					257.535					
	Realizado	211.533	239.908		268.216					177.400					





Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007
Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4492	Funcionamento de Espaços Culturais da União	MinC	Público atendido (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	-	50.000	-	-
						Realizado	-	40.744	-	-
					Meta	Previsto	-	280	-	-
						Realizado	-	1	-	-
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	772.355	610.355	460.000	460.000
						Realizado	683.301	602.906	459.674	375.506
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
6517	Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura	MinC	Evento realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	3.578.475	4.490.234	5.296.518	4.500.000
						Realizado	3.516.369	4.259.016	4.108.957	4.439.862
					Meta	Previsto	165	120	147	108
						Realizado	217	129	137	109
				Sul	R\$	Previsto	-	-	80.000	-
						Realizado	-	-	0	-
					Meta	Previsto	-	-	5	-
						Realizado	-	-	0	-
6433	Promoção e Intercâmbio de Eventos Educacionais e Culturais	MEC	Evento realizado (unidade)	Nordeste	R\$	Previsto	833.465	715.379	795.044	804.745
						Realizado	794.374	574.385	575.995	518.231
					Meta	Previsto	10	18	20	95
						Realizado	52	85	199	90

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2639	Registro de Direitos Autorais	MinC	Direito autoral registrado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	75.804	-	-	-
						Realizado	70.144	-	-	-
					Meta	Previsto	15.161	-	-	-
						Realizado	28.378	-	-	-





Programa 0173 **Gestão da Política de Cultura**

Órgão Responsável 42000 **Ministério da Cultura (MinC)**

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura*

Público-alvo *Governo*

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Este Programa não possui Indicadores.	-	-	-	-	-	-	-	Fiscal/Seguridade	150.118.531
								Despesas Correntes	139.258.034
								Despesas de Capital	10.860.497
								Total	150.118.531

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
12GF	Ano Brasil na França	MinC	Evento realizado (unidade)	01/2005 12/2005	Exterior	R\$ 8.000.000	Previsto	-	30.760.000	-	-
							Realizado	-	30.474.516	-	-
							Meta	1	1	-	-
							Realizado	-	1	-	-
11DT	Estudo para a Estruturação do PRODECULT	MinC	Estudo realizado (unidade)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ 884.260	Previsto	-	884.260	-	-
							Realizado	-	7.900	-	-
							Meta	12	4	-	-
							Realizado	-	0	-	-
11T8	Implantação do Sistema Nacional de Cultura	MinC	Sistema nacional de cultura implantado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Nacional	R\$ 12.622.932	Previsto	-	996.008	1.021.008	1.021.008
							Realizado	-	931.964	867.947	423.381
							Meta	109	27	76	103
							Realizado	-	25	40	92

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
11TM	Reforma do Prédio Sede do Ministério da Cultura	MinC	Predio reformado (% de execução física)	01/2005 12/2007	Centro-Oeste	R\$ 11.916.211	Previsto	-	5.000.000	4.469.461	2.446.750
							Realizado	-	4.369.903	4.067.370	2.445.751
							Meta	168	100	47	21
							Realizado	-	72	23	21

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização			Financeiro/Físico			
							2004	2005	2006	2007
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	MinC	Servidor capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.055.000	1.046.686	1.408.765	1.316.750
						Realizado	880.266	695.641	1.213.686	1.222.466
						Meta	800	832	1.175	329
						Realizado	388	989	1.989	2.662
4481	Coordenação e Manutenção dos Mecanismos de Incentivo à Cultura previstos na Lei nº 8.313 - PRONAC	MinC	Projeto avaliado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	4.489.936	3.676.851	4.971.972	6.696.414
						Realizado	4.278.997	3.547.113	4.907.336	5.097.086
						Meta	9.225	7.942	9.700	6.536
						Realizado	8.000	10.194	2.000	9.398
8673	Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores	MinC	Estudo realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	100.000	0	100.000
						Realizado	-	0	-	0
						Meta	-	1	0	2
						Realizado	-	0	-	0

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
6620	Estudos para Fortalecimento das Economias da Cultura - Observatório de Políticas Culturais	MinC	Estudo realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	585.161	585.000	-
						Realizado	-	310.521	0	-
					Meta	Previsto	-	3	2	-
						Realizado	-	2	0	-
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	8.380.251	8.702.544	15.610.349	16.914.959
						Realizado	8.252.919	8.499.137	12.229.673	14.351.878
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
8197	Inserção da Cultura Brasileira no Exterior - Cultura Brasileira no Mundo	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	500.000	9.400.685	800.000
						Realizado	-	495.450	8.257.432	677.736
					Meta	Previsto	-	8	8	2
						Realizado	-	6	7	2
4641	Publicidade de Utilidade Pública	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	200.000	190.240	300.000	300.000
						Realizado	168.202	0	0	0
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
6619	Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais	MinC	Sistema implantado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	5.528.765	5.598.088	4.925.000
						Realizado	-	4.178.069	4.881.621	4.599.560
					Meta	Previsto	-	6*	6	1
						Realizado	-	6	6	6

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
0821	Contribuição ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	30.000	30.000	30.000	46.620
						Realizado	30.000	30.000	30.000	45.000
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-



Programa 1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo *Garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular*

Público-alvo *Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
<i>Nº de Manifestações Culturais da Diversidade Cultural Brasileira Mapeadas (unidade)</i>	-	-	-	-	-	-	-	Fiscal/Seguridade	17.512.000
<i>Taxa de Participação da União no Apoio às Manifestações Culturais da Diversidade Brasileira Mapeadas (%)</i>	-	-	-	-	-	-	-	Despesas Correntes	17.442.000
								Despesas de Capital	70.000
								Total	17.512.000

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2C70	Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	1.000.000
						Realizado	-	-	-	999.560
					Meta	Previsto	-	-	-	90
						Realizado	-	-	-	65
6664	Estudos e Pesquisas de Reconhecimento e Valorização da Identidade Cultural	MinC	Pesquisa/Estudo realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	150.000
						Realizado	-	-	-	0
					Meta	Previsto	-	-	-	1
						Realizado	-	-	-	0
6653	Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira	MinC	Comunidade atendida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	4.372.000	4.830.000	2.650.000
						Realizado	-	3.914.299	4.010.201	2.644.428
					Meta	Previsto	-	76	84	164
						Realizado	-	67	141	189

Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
				Nordeste	R\$	Previsto	-	-	70.000	120.000
						Realizado	-	-	70.000	0
					Meta	Previsto	-	-	14	10
						Realizado	-	-	7	0
				Sudeste	R\$	Previsto	-	-	150.000	-
						Realizado	-	-	0	-
					Meta	Previsto	-	-	1	-
						Realizado	-	-	0	-
				Sul	R\$	Previsto	-	70.000	-	-
						Realizado	-	0	-	-
					Meta	Previsto	-	15	-	-
						Realizado	-	0	-	-
2C71	Fomento a Projetos de Combate à Homofobia	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	1.100.000
						Realizado	-	-	-	966.370
					Meta	Previsto	-	-	-	100
						Realizado	-	-	-	24
2C69	Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	500.000
						Realizado	-	-	-	177.431
					Meta	Previsto	-	-	-	20
						Realizado	-	-	-	1



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
6712	Fomento às Manifestações Culturais da Juventude	MinC	Adolescente/jovem beneficiada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	1.000.000
						Realizado	-	-	-	945.763
					Meta	Previsto	-	-	-	715
						Realizado	-	-	-	4
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	-	500.000	500.000	500.000
						Realizado	-	497.192	276.881	287.457
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-

Programa 0168 Livro Aberto **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Taxa de Municípios com Bibliotecas Públicas (percentagem)	31/12/2002	74,00	81,3	88,50	88,50	94,10	100,00	Fiscal/Seguridade	122.607.420
Índice Nacional de Leitura (livro por pessoa.ano)	-	-	1,80	-	-	-	2,00	Despesas Correntes	105.502.562
Coeficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)	31/12/2002	0,23	-	-	-	0,37	0,32	Despesas de Capital	17.104.858
								Total	122.607.420

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico				
								2004	2005	2006	2007	
1521	Instalação de Bibliotecas Públicas	MinC	Biblioteca instalada (unidade)	01/1996 12/2015	Centro-Oeste	R\$ 315.000.000	Previsto	200.000	100.000	100.000	220.000	
							Realizado	0	0	100.000	0	
							Meta	5.507	2	1	1	1
							Realizado	0	0	1	0	
							Previsto	4.778.359	29.134.683	3.405.196	14.368.337	
							Realizado	4.767.993	22.808.359	87.568	14.354.642	
		01/1996 12/2015	Nacional	R\$ 315.000.000	Previsto	4.778.359	29.134.683	3.405.196	14.368.337			
					Realizado	4.767.993	22.808.359	87.568	14.354.642			
					Meta	5.507	171	560	72	263		
					Realizado	400	400	0	300			
					Previsto	290.000	470.000	260.000	330.000			
					Realizado	0	150.000	0	177.605			
01/1996 12/2015	Nordeste	R\$ 315.000.000	Previsto	290.000	470.000	260.000	330.000					
			Realizado	0	150.000	0	177.605					
			Meta	5.507	5	4	3	2				
			Realizado	0	0	0	1					
			Previsto	290.000	470.000	260.000	330.000					
			Realizado	0	150.000	0	177.605					

Livro Aberto

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico							
								2004	2005	2006	2007				
1521	Instalação de Bibliotecas Públicas	MinC	Biblioteca instalada (unidade)	01/1996 12/2015	Norte	R\$ 315.000.000	Previsto	1.140.000	1.400.000	300.000	660.000				
							Realizado	514.529	750.000	300.000	450.000				
							Meta	5.507							
								Previsto	14	13	1	4			
								Realizado	3	0	1	2			
							01/1996 12/2015	Sudeste	R\$ 315.000.000	Previsto	250.000	150.000	260.000	150.000	
				Realizado	60.000	0				80.000	0				
				Meta	5.507										
											Previsto	3	2	4	4
											Realizado	1	0	1	0
			01/1996 12/2015	Sul	R\$ 315.000.000	Previsto	-	-	650.000	700.000					
Realizado	-	-				499.400	480.968								
Meta	5.507														
							Previsto	-	-	7	8				
							Realizado	-	-	4	3				
7367	Modernização de Bibliotecas Públicas	MinC	Biblioteca modernizada (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ 40.000.000	Previsto	3.102.500	1.000.000	1.171.663	11.301.663				
							Realizado	1.627.278	0	158.347	1.223.613				
							Meta	282							
								Previsto	110	36	46	38			
								Realizado	102	0	1	65			
			01/2004 12/2007	Nordeste	R\$ 40.000.000	Previsto	50.000	321.200	80.000	100.000					
Realizado	0	229.000				0	100.000								
Meta	282														
							Previsto	2	13	3	3				
							Realizado	0	0	0	1				

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico							
								2004	2005	2006	2007				
7367	Modernização de Bibliotecas Públicas	MinC	Biblioteca modernizada (unidade)	01/2004 12/2007	Norte	R\$ 40.000.000	Previsto	-	-	400.000	-				
							Realizado	-	-	0	-				
						Meta	282	Previsto	-	-	7	-			
											Realizado	-	-	0	-
					Sudeste	R\$ 40.000.000	Previsto	325.000	100.000	250.000	250.000				
							Realizado	0	0	245.000	0				
Meta	282	Previsto	10	1		4	4								
						Realizado	0	0	4	0					
Sul	R\$ 40.000.000	Previsto	-	50.000	50.000	100.000									
		Realizado	-	49.582	50.000	0									
	Meta	282	Previsto	-	1	1	3								
						Realizado	-	0	1	0					

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4628	Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais	MinC	Bem adquirido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	90.000	30.000	10.000	164.000
						Realizado	24.767	26.052	1.960	23.223
					Meta	600	150	1.200	1.320	

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
8291	Assessoria Técnica a Bibliotecas	MinC	Biblioteca atendida (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	27.000	30.000	29.100
						Realizado	-	25.072	29.920	13.920
						Meta	-	130	3	200
						Realizado	-	154	247	197
8293	Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura	MinC	Profissional capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	200.000	200.000	70.000
						Realizado	-	2.973	199.936	62.347
						Meta	-	615	2.500	3.300
						Realizado	-	394	2.874	6.859
4632	Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário	MinC	Prêmio concedido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	253.000	303.000	249.391	244.000
						Realizado	246.776	238.551	228.691	231.487
						Meta	9	4	3	1
						Realizado	4	10	8	8
6417	Difusão do Conhecimento por meio de Livros, Revistas, Vídeo e Multimídia	MEC	Exemplar produzido (unidade)	Nordeste	R\$	Previsto	-	752.342	600.733	1.004.322
						Realizado	-	564.826	386.919	569.631
						Meta	-	15	14	14
						Realizado	-	20	71	20
4794	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	366.478	348.594	1.080.000	1.215.184
						Realizado	323.482	231.454	856.203	1.071.068
						Meta	7	8	28	30
						Realizado	2	0	6	9

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
4794	Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	111.751	20.000	45.184	30.000
						Realizado	111.048	11.284	21.079	13.052
						Meta	17	4	4	3
						Realizado	17	2	4	3
2650	Funcionamento de Bibliotecas da União	MinC	Público atendido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	4.966.558	5.763.721	6.103.077	6.621.021
						Realizado	4.958.378	5.427.638	5.427.535	6.276.072
						Meta	619.477	661.800	600.000	437.630
						Realizado	628.000	401.052	499.506	363.692
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	668.033	940.828	1.071.769	1.071.769
						Realizado	656.017	915.381	863.374	838.634
						Meta	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
4100	Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário	MinC	Pesquisa realizada (unidade)	Sudeste	R\$	Previsto	305.064	440.000	455.000	347.500
						Realizado	276.444	212.849	425.000	334.574
						Meta	39	39	29	10
						Realizado	67	32	19	34
4797	Produção de Obras Científicas, Acadêmicas e Literárias	MinC	Obra publicada (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	500.000	585.000	395.000	659.000
						Realizado	429.238	469.973	350.164	610.797
						Meta	23	201	24	25
						Realizado	43	20	32	44

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
6523	Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura	MinC	<i>Evento realizado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	1.200.000	1.300.000	1.100.000	1.252.000
					Realizado	1.199.435	1.015.046	1.095.684	1.077.787	
					Meta	Previsto	12	13	9	12
					Realizado	32	14	25	24	
				Sudeste	R\$	Previsto	60.000	70.000	90.000	90.000
					Realizado	55.270	50.450	71.114	79.545	
					Meta	Previsto	25	25	40	37
					Realizado	56	58	40	37	
2639	Registro de Direitos Autorais	MinC	<i>Direito autoral registrado (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	-	-	100.000	150.000
					Realizado	-	-	88.223	57.472	
					Meta	Previsto	-	-	20.000	40.000
					Realizado	-	-	28.946	25.996	

Operações Especiais

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
0668	Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura	MinC	<i>Bolsa concedida (unidade)</i>	Nacional	R\$	Previsto	204.000	281.000	199.000	175.400
					Realizado	192.550	229.268	127.088	166.023	
					Meta	Previsto	24	23	38	8
					Realizado	27	23	10	17	

Programa 0813 Monumenta **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade

Público-alvo População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (percentagem)	-	-	-	20,60	47,33	58,50	100,00	Fiscal/Seguridade	218.480.400
								Despesas Correntes	58.401.950
								Despesas de Capital	160.078.450
								Total	218.480.400

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico				
								2004	2005	2006	2007	
5017	Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano	MinC	Pessoa capacitada (unidade)	01/2000 12/2008	Nacional	R\$ 28.124.148	Previsto	2.163.400	5.539.920	7.223.000	-	
							Realizado	2.163.400	4.039.920	3.460.001	-	
							Meta	5.365	800	1.820	1.800	-
							Realizado	21	506	1.730	-	
5021	Educação Patrimonial na Área do Monumenta	MinC	Projeto de educação patrimonial implantado (unidade)	01/2004 12/2006	Nacional	R\$ 30.000.000	Previsto	1.940.000	5.131.680	7.353.000	3.692.000	
							Realizado	1.940.000	3.631.680	3.443.336	3.692.000	
							Meta	1.698.520	388.000	403.520*	907.000	59
							Realizado	388.000	4.000	530	44	
5538	Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	MinC	Conjunto histórico preservado (unidade)	01/2004 12/2007	Nacional	R\$ 159.724.511	Previsto	15.475.000	30.162.511	50.836.000	63.251.000	
							Realizado	14.924.095	24.090.581	45.144.116	57.000.001	
							Meta	104	26	26	26 *	26
							Realizado	25	26	26	23	

* Esta Ação teve alteração de Produto e/ou Unidade de Medida



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico									
						2004	2005	2006	2007						
2C65	Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	-	-	3.469.000					
						Realizado	-	-	-	3.469.000					
					Meta	Previsto	-	-	-	55					
						Realizado	-	-	-	36					
					2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	- (-)	Nacional	R\$	Previsto	4.662.000	6.405.889	5.588.000	5.588.000
											Realizado	3.622.793	6.118.262	4.235.104	5.254.662
Meta	Previsto	-	-	-						-					
	Realizado	-	-	-						-					

Programa 0171 Museu Memória e Cidadania

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2004	Índice alcançado em 2005	Índice alcançado em 2006	Índice alcançado em 2007	Índice previsto ao Final do PPA	Valores do Programa (PPA 2004-2007)	
	Data	Índice						Esfera/Cat. Econômica	Totais
Taxa de Sustentabilidade de Museus da União (percentagem)	28/5/2003	17,00	-	-	-	-	35,00	Fiscal/Seguridade	98.794.351
Relação Número de Visitantes a Museus/Número de Museus Revitalizados pela União (unidade)	28/5/2003	2.250.000,00	-	-	-	-	3.150.000,00	Despesas Correntes	86.014.292
								Despesas de Capital	12.780.059
								Total	98.794.351

AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

Projetos

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Início Término	Regionalização	Valor Total Estimado		Financeiro/Físico			
								2004	2005	2006	2007
1612	Modernização de Museus	MinC	Museu modernizado (unidade)	01/2004 12/2010	Nacional	R\$ 225.000.000	Previsto	2.196.856	6.534.269	3.696.755	3.764.345
							Realizado	1.823.694	5.974.249	2.668.694	3.757.452
							Meta	1.000			
							Previsto	30	69	61	42
							Realizado	71	75	64	62
				01/2004 12/2010	Sudeste	R\$ 225.000.000	Previsto	287.467	0	480.000	-
							Realizado	287.467	0	200.000	-
							Meta	1.000			
							Previsto	2	0	3	-
							Realizado	0	-	1	-

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2006	2007



Relatório de Avaliação - Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo I

Valores em R\$ 1,00

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico										
						2004	2005	2006	2007						
8207	Capacitação de Profissionais de Museus	MinC	Profissional capacitado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	-	115.000	226.875	1.073.456					
						Realizado	-	64.982	187.715	699.654					
					Meta	Previsto	-	180	4.005	11.265					
						Realizado	-	521	2.736	6.850					
					2838	Fomento a Projetos na Área Museológica	MinC	Projeto apoiado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.221.243	1.458.276	8.535.056	4.886.034
											Realizado	1.023.850	1.313.059	7.541.046	4.564.303
Meta	Previsto	25	27	60						34					
	Realizado	49	79	112						128					
Sudeste	R\$	Previsto	-	100.000						0	350.000				
		Realizado	-	100.000						-	120.000				
	Meta	Previsto	-	1	0	2									
		Realizado	-	0	-	1									
2651	Funcionamento de Museus da União	MinC	Público atendido (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	11.766.802	11.618.914	14.560.207	16.559.214					
						Realizado	11.681.627	11.605.265	14.302.465	16.555.155					
					Meta	Previsto	1.582.358	1.582.162	1.600.000	1.717.455					
						Realizado	1.639.900	1.731.973	1.718.643	1.945.452					
					Sudeste	R\$	Previsto	619.212	630.842	685.877	880.075				
							Realizado	604.981	595.905	604.187	877.918				
Meta	Previsto	13.000	15.000	16.500		42.344									
	Realizado	13.000	15.000	7.659		8.205									

Atividades

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização		Financeiro/Físico				
						2004	2005	2006	2007	
2272	Gestão e Administração do Programa	MinC	-	Nacional	R\$	Previsto	125.112	155.112	856.178	856.178
						Realizado	126.973	153.870	846.416	856.178
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
				Sudeste	R\$	Previsto	10.000	10.000	46.269	42.269
						Realizado	0	4.593	37.168	31.227
					Meta	Previsto	-	-	-	-
						Realizado	-	-	-	-
4616	Identificação e Inventário de Acervos Museológicos	MinC	Bem inventariado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	165.000	100.000	50.000	523.301
						Realizado	117.380	98.680	39.767	475.105
					Meta	Previsto	2.063	2.000	40.000	39.343
						Realizado	1.763	53.000	7.128	97.702
6529	Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos	MinC	Evento realizado (unidade)	Nacional	R\$	Previsto	1.302.270	440.000	767.312	1.098.575
						Realizado	1.199.609	428.502	529.081	893.664
					Meta	Previsto	108	30	40	33
						Realizado	81	61	47	45



ANEXO II

Anexo

Ações em Programas Multissetoriais

Ministério da Cultura

Ações que contribuem para o alcance dos objetivos de programas sob a responsabilidade de outros órgãos

Órgão: Ministério da Previdência Social

Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

<i>Cód Ação</i>	<i>Ação</i>
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Órgão: Ministério das Relações Exteriores

Programa: 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais

<i>Cód Ação</i>	<i>Ação</i>
0152	Contribuição à Agência Internacional do Número de Padrão Internacional para Música - ISMN
0823	Contribuição à Associação dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países da Iberoamérica - ABINIA
0429	Contribuição à Conferência de Autoridades Cinematográficas de Ibero-América - CACI
0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA
0147	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivos e Filmes - FIAF
0145	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA
0156	Contribuição à União Latina
0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM
0979	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (UNESCO)
0121	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA
0091	Contribuição ao Conselho Internacional de Museus - ECOM
0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial

Órgão: Ministério do Meio Ambiente

Programa: 1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

<i>Cód Ação</i>	<i>Ação</i>
2C79	Fomento a Projetos de Revitalização Cultural



**Secretaria de Planejamento
e Investimentos Estratégicos**

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

www.planejamento.gov.br
avaliacaoppa@planejamento.gov.br